

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresas controladas***

***Informações Trimestrais
31 de março de 2017***

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2017 e 2016

Índice

Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Demonstrações do Valor Adicionado.....	12
Comentário de Desempenho	13
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	34
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes	101
Parecer do Conselho Fiscal	103
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais.....	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	105

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Balancos Patrimoniais
31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.667	8.593	4.056.125	5.128.186
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	4.795	479.953
Contas a receber de clientes	6	329	329	2.913.772	2.919.177
Estoques	7	-	-	171.415	143.934
Dividendos a receber	13	134.606	134.606	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	661.859	633.854
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	22.388	22.351	148.115	334.806
Despesas antecipadas	11	2.163	2.149	715.553	130.392
Operações com derivativos	38	-	-	80.167	82.454
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	3.034	2.818
Créditos regulatórios a compensar	17	-	-	86.850	83.107
Outros ativos		17.642	26.267	217.150	168.718
		186.795	194.295	9.058.835	10.107.399
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	-	22.938	24.092
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	868.716	867.143
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	201.775	200.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	22.655	41.690
Depósitos judiciais	12	94.585	89.857	1.334.504	1.294.125
Despesas antecipadas	11	5.922	6.407	52.557	54.374
Operações com derivativos	38	-	-	118.224	134.468
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	202.927	201.944
Outros ativos		-	-	12.672	12.442
		100.507	96.264	2.836.968	2.831.176
Investimentos	13	17.132.306	16.991.186	-	-
Imobilizado	14	-	-	10.428.042	11.084.530
Intangível	15	157.556	157.556	11.045.871	10.632.575
		17.390.369	17.245.006	24.310.881	24.548.281
Total do ativo		17.577.164	17.439.301	33.369.716	34.655.680

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Balanços Patrimoniais
31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	3.141	2.086	3.171.781	3.461.081
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.388.175	1.145.225
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	108.279	96.604
Operações com derivativos	38	-	-	30.504	36.163
Obrigações trabalhistas		4.666	3.844	246.060	212.279
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	303	323	461.765	453.130
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	14	31	134.429	363.726
Dividendos a pagar	26	206.085	206.112	206.085	206.112
Autorizações a pagar	19	-	-	178.974	486.494
Receitas diferidas	23	-	-	585.985	812.340
Outros passivos		7.660	7.652	12.010	8.401
		221.869	220.048	6.524.047	7.281.555
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	5.402.354	5.574.557
Operações com derivativos	38	-	-	47.277	45.310
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	1.707.473	1.705.634
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	156	112
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	262.078	258.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	104.975	108.358
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	1.973	1.982	531.527	478.482
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	1.586	1.586
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	-	-	18.089	21.726
Autorizações a pagar	19	-	-	377.530	900.138
Receitas diferidas	23	-	-	1.038.500	1.061.304
Outros passivos		29.756	29.758	30.558	30.565
		31.729	31.740	9.522.103	10.186.612
Total Passivo		253.598	251.788	16.046.150	17.468.167
Patrimônio líquido					
Capital social	26	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		1.565.623	1.564.149	1.565.623	1.564.149
Reservas de lucros		5.760.942	5.760.942	5.760.942	5.760.942
Ajustes de avaliação patrimonial		1.683	(507)	1.683	(507)
Ações em tesouraria		(3.071)	(3.369)	(3.071)	(3.369)
Lucros acumulados		132.091	-	132.091	-
Total do Patrimônio Líquido		17.323.566	17.187.513	17.323.566	17.187.513
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.577.164	17.439.301	33.369.716	34.655.680

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		03/2017	03/2016
Receita operacional líquida	28	-	-
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29		-
Lucro bruto		-	-
Despesas operacionais			
Comercialização	29	-	-
Gerais e administrativas	29	(6.286)	(5.900)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	13	138.388	132.909
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(124)	125
		<u>131.978</u>	<u>127.134</u>
Lucro operacional		131.978	127.134
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	31	759	1.002
Despesas financeiras	32	(646)	(228)
		<u>113</u>	<u>774</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		132.091	127.908
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-
Lucro líquido do período		<u>132.091</u>	<u>127.908</u>
		-	-
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação	34	0,05	0,05
Lucro diluído por ação	34	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		03/2017	03/2016
Receita operacional líquida	28	3.951.373	3.854.346
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	(2.011.449)	(1.949.023)
Lucro bruto		1.939.924	1.905.323
Despesas operacionais			
Comercialização	29	(1.157.785)	(1.203.948)
Gerais e administrativas	29	(335.767)	(327.843)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(172.524)	(162.132)
		(1.666.076)	(1.693.923)
Lucro operacional		273.848	211.400
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	31	236.960	843.439
Despesas financeiras	32	(340.184)	(912.260)
		(103.224)	(68.821)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		170.624	142.579
Imposto de renda e contribuição social	33	(38.533)	(14.671)
Lucro líquido do período		132.091	127.908
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação	34	0,05	0,05
Lucro diluído por ação	34	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstração do Resultado Abrangente
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>03/2017</u>	<u>03/2016</u>
Lucro líquido do período	132.091	127.908
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		-
Hedge de Fluxo de caixa	2.190	(16.305)
Total do resultado abrangente do período	<u>134.281</u>	<u>111.603</u>
Atribuível aos:		
Acionistas da Companhia	<u>134.281</u>	<u>111.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais)**

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015		9.866.298	1.442.097	619.513	4.650.896	(3.369)	1.887	-	16.577.322
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								127.908	127.908
Hedge de fluxo de caixa							(16.305)		(16.305)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	(16.305)	127.908	111.603
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Opções de compras de ações	26		1.684						1.684
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	1.684	-	-	-	-	-	1.684
Saldos em 31 de março de 2016		9.866.298	1.443.781	619.513	4.650.896	(3.369)	(14.418)	127.908	16.690.609

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E.
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016		9.866.298	1.564.149	657.034	5.103.908	(3.369)	(507)	-	17.187.513
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								132.091	132.091
Hedge de fluxo de caixa							2.190		2.190
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	2.190	132.091	134.281
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Opções de compras de ações	27		1.147						1.147
Alienação de ações em tesouraria			327			298			625
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	1.474	-	-	298	-	-	1.772
Saldos em 31 de março de 2017		9.866.298	1.565.623	657.034	5.103.908	(3.071)	1.683	132.091	17.323.566

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONTROLADORA
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora	
	Nota	03/2017	03/2016
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSSL		132.091	127.908
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	13	(138.388)	(132.909)
Provisão para processos judiciais e administrativos		43	(553)
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		(334)	(403)
Opções de compra de ações		605	573
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Impostos e contribuições a recuperar		(36)	(787)
Dividendos recebidos		-	-
Depósitos judiciais		(4.402)	(4.526)
Despesas antecipadas		470	(2.632)
Outros ativos		8.624	(2.809)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		822	752
Fornecedores		1.055	(1.450)
Impostos, taxas e contribuições		(38)	189
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(43)	(43)
Outros passivos		7	9
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		476	(16.681)
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		-	-
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(27)	(29)
Alienação de ações em tesouraria		625	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		598	(29)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.074	(16.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		8.593	24.763
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		9.667	8.053

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		03/2017	03/2016
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL		170.624	142.579
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		988.953	909.583
Valor residual de ativo permanente baixado		2.926	2.684
Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	24	163	297
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	106.306	60.602
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		23.311	4.530
Juros, variação monetária e cambial s/ empréstimos e outros ajustes financeiros		140.273	150.846
Juros incorridos - leasing passivo	33	66.072	58.728
Juros incorridos - leasing ativo	32	(6.624)	(6.168)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	64.932	71.356
Opções de compra de ações	26	1.147	1.684
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(49.454)	(27.950)
Impostos e contribuições a recuperar		161.336	167.521
Estoques		(27.482)	(40.355)
Despesas antecipadas		(583.343)	(720.020)
Depósitos judiciais		(28.108)	(35.162)
Outros ativos		(49.125)	(15.934)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		33.781	20.606
Fornecedores		(286.892)	(1.244.984)
Impostos, taxas e contribuições		(249.492)	(179.877)
Autorizações a pagar		(836.612)	15.892
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	(88.843)	(83.432)
Receita diferida		(249.160)	(19.018)
Outros passivos		(27.907)	(40.337)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(723.218)	(806.329)
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		475.158	53.621
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	1b	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(669.382)	(710.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(194.224)	(656.613)
Atividades de financiamentos			
Novos empréstimos		514.181	-
Amortização de empréstimos		(561.656)	(758.734)
Pagamento de leasing financeiro		(56.690)	(45.840)
Recebimento de leasing financeiro		5.424	4.964
Alienação de ações em tesouraria		625	-
Dividendos pagos		(27)	(29)
Operações com derivativos		(56.476)	518
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(154.619)	(799.121)
Redução em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1.072.061)	(2.262.063)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.128.186	6.100.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		4.056.125	3.838.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações do Valor Adicionado
Nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	03/2016	03/2017	03/2016
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	5.566.509	5.738.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(64.932)	(71.356)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(302.590)	(420.513)
	-	-	5.198.987	5.246.624
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(1.077.762)	(1.095.825)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.879)	(1.278)	(840.865)	(746.143)
	(1.879)	(1.278)	(1.918.627)	(1.841.968)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(988.953)	(909.583)
Valor adicionado líquido produzido	(1.879)	(1.278)	2.291.407	2.495.073
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	138.388	132.909	-	-
Receitas financeiras	759	1.002	236.960	843.439
	139.147	133.911	236.960	843.439
Valor adicionado total a distribuir	137.268	132.633	2.528.367	3.338.512
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	4.140	3.655	181.587	259.093
Remuneração Direta	3.793	3.843	116.421	164.507
Benefícios	284	309	39.570	56.655
F.G.T.S.	56	44	12.890	13.763
Outros	7	(541)	12.706	24.168
Impostos, taxas e contribuições	396	779	1.670.741	1.858.676
Federais	396	765	623.929	633.842
Estaduais	-	-	1.038.291	1.219.136
Municipais	-	14	8.521	5.698
Remuneração de Capitais de Terceiros	641	291	543.894	1.092.835
Juros	636	216	339.848	911.881
Aluguéis	5	75	204.046	180.954
Outros	-	-	54	-
Investimento social privado	-	-	54	-
Remuneração de Capital Próprio	132.091	127.908	132.091	127.908
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	132.091	127.908	132.091	127.908
	137.268	132.633	2.528.367	3.338.512

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017

DESTAQUES

A transformação da base de cliente orientada para valor permanece

- **1ª em adições líquidas em pós-pago (1T17):** 418 mil novas linhas (ex-M2M e modem)
- **25% de penetração de pós-pago sobre a base de clientes de março.** (alta contra 20% em 1T16)
- **ARPU sobe 11% (A/A),** quinto trimestre consecutivo de crescimento

Liderança consistente na cobertura 4G

- **Cobertura 4G expandindo para 1.322 cidades:** alcançando 75% da população urbana.
- **Capacidade adicional do 4G: liberação de 10MHz no refarming de 1.8GHz, para melhorar a qualidade e a velocidade**

Receita de dados que representa mais da metade das Receitas de Serviço Móvel (RSM)

- **Os usuários 4G totalizam 19,7 milhões de linhas (+115% A/A),** atingindo 32% da base total.
- **O ARPU do Serviço de Valor Agregado (SVA) acelerou o crescimento em +34% A/A,** atingindo cerca de R\$10.
- **Receitas Inovativas cresceram 31% A/A,** fazendo com que os Serviços de Dados representem 52% da RSM

Volta ao crescimento positivo na linha superior e desempenho sólido de EBITDA

- **Receita Líquida de Serviços Móveis em +3,7% A/A**
- **Receita Líquida do Negócio Gerado acelerou para +6,3% A/A,** de +0,9% A/A no 4T16.
- **O EBITDA normalizado¹ subiu 8,7% A/A,** acelerando em relação ao 4T16 (+5,8% A/A), com desempenho sólido nas receitas de serviço e opex sob controle.
- **Pelo 14º trimestre consecutivo, a Margem EBITDA Normalizada¹ aumentou,** atingindo 32,0% acima dos 181 bps.
- **EBIT Normalizado¹ aumentou 8,4% A/A,** após dois anos do desempenho negativo

	DESCRIÇÃO	1T17	1T16	%A/A	4T16	%T/T
Operacional	Base de Clientes ('000)	61.868	67.269	-8,0%	63.418	-2,4%
	Pré-pago	46.541	53.721	-13,4%	48.537	-4,1%
	Pós-pago	15.326	13.548	13,1%	14.881	3,0%
	Penetração de Smartphones (%) ¹	73,6%	68,8%	4,8p.p.	72,8%	0,8p.p.
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida Total	3.951	3.854	2,5%	4.044	-2,3%
	Receita Líquida de Serviços	3.744	3.619	3,5%	3.842	-2,6%
	Receita Líquida Móvel Inovativa	1.723	1.318	30,7%	1.500	14,9%
	Receita Líquida Fixa	179	181	-1,2%	201	-11,2%
	Custos Normalizados ² da Operação	(2.688)	(2.692)	-0,1%	(2.483)	8,3%
	EBITDA Normalizado ²	1.263	1.162	8,7%	1.561	-19,1%
	Margem EBITDA Normalizada ²	32,0%	30,2%	1,8p.p.	38,6%	-6,6p.p.
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	669	710	-5,8%	1.695	-60,5%

¹ Fev/17

² Normalizado pela venda de torres (-R\$7 milhões no 4T16) e custos temporários de RH e G&A (R\$41 milhões no 1T16 e R\$133 mil no 1T17)

DESEMPENHO FINANCEIRO

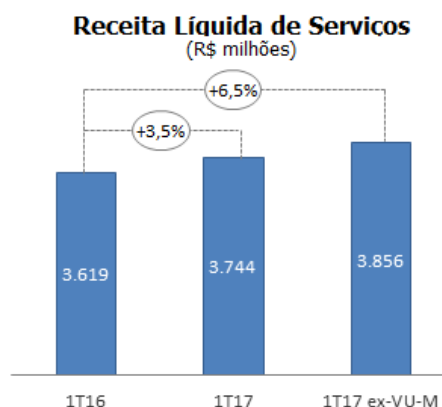
RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	% T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida	3.951	3.854	2,5%	4.044	-2,3%
Receita de Serviços	3.744	3.619	3,5%	3.842	-2,6%
Receita Móvel	3.565	3.438	3,7%	3.641	-2,1%
Assinatura e Utilização	1.070	1.197	-10,6%	1.301	-17,7%
SVA - Serviços de valor agregado	1.849	1.480	24,9%	1.658	11,5%
dos quais Receita Móvel Inovativa	1.723	1.318	30,7%	1.500	14,9%
Longa Distância	292	387	-24,6%	324	-10,0%
Interconexão	228	298	-23,6%	265	-14,0%
Outras Receitas	126	76	67,2%	93	35,8%
Receita Fixa	179	181	-1,2%	201	-11,2%
Receita de Produtos	207	236	-12,0%	202	2,9%

A Receita Líquida totalizou R\$3.951 milhões no 1T17, aumentando 2,5% A/A, confirmando a tendência de recuperação e o plano industrial da Companhia. Esse resultado foi capitaneado pela Receita Líquida de Serviços Móveis, que cresceu 3,7% A/A, impactada principalmente pelo **resultado sólido do “negócio gerado” (Sainte + SVA) com crescimento de 6,3% A/A, o melhor resultado desde o 2T14.** A receita inovativa cresceu acima de 30% A/A, mais do que compensando a rápida redução dos serviços de voz, a lenta recuperação macroeconômica, o impacto negativo da VU-M e o desempenho de negócio fixo.

Detalhamento da Receita Líquida e outros destaques:

Como esperado, a Receita de Serviço acelerou em sua curva de recuperação e os resultados voltaram ao campo positivo, com crescimento de 3,5% em relação ao 1T16. A mesma tendência é observada na Receita de Serviço Móvel (RSM), que cresceu 3,7% A/A, alcançando R\$3.565 milhões, o que representa o melhor resultado desde o 3T13.

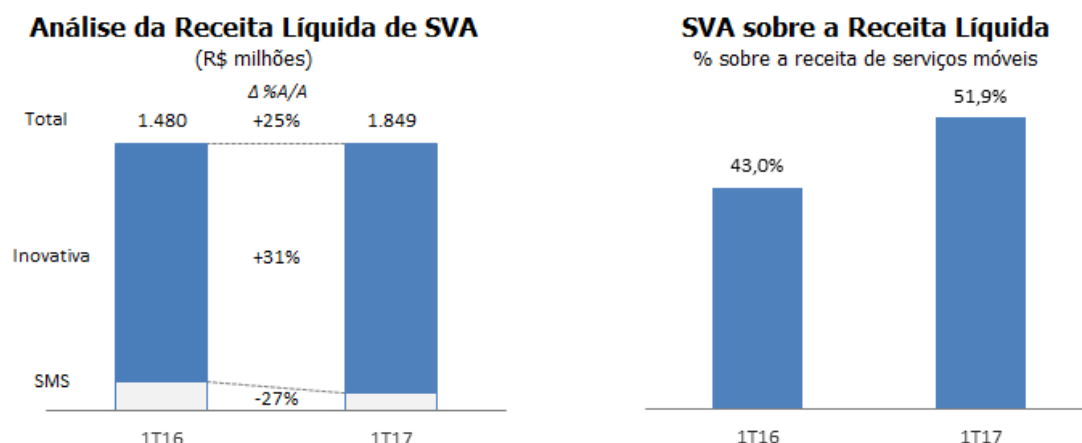


A Receita de Assinatura e Utilização encerrou o 1T17 com queda de 10,6% A/A, alcançando R\$1.070 milhão. Essa fonte de receita foi afetada pela migração de voz para dados e continuará mudando sua dinâmica, conforme a TIM introduz mais serviços de conteúdo em pacotes combinados (voz + dados). Os Minutos de Uso (MOU) totalizaram 107 minutos no 1T17, apresentando uma redução prevista se comparada aos 119 minutos no 1T16.

O desempenho da Receita de Serviços de Valor Agregado (SVA) foi o destaque do trimestre, crescendo 24,9% A/A, o melhor resultado para essa métrica desde o 2T13. Em virtude da aceleração no ritmo de crescimento, SVA fechou o 1T17 representando 51,9% da RSM. A Receita Inovativa (serviços de conectividade + conteúdo e outros SVA) cresceu aproximadamente 31% A/A, o que confirma sua relevância para a mudança de rumo. A receita de SVA deve crescer ainda mais a sua relevância nos próximos trimestres, conforme os

pacotes combinados (voz + dados) aumentarem sua penetração sobre a base de clientes e o conteúdo for cada vez mais incorporado a essas ofertas.

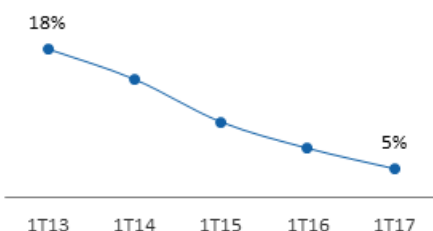
Com a expansão da franquia de dados dos clientes, o BOU (bytes utilizados) aumentou 56% no 1T17, se comparado com o 1T16, graças aos esforços da TIM para migrar os clientes para a tecnologia 4G e aumentar a penetração de smartphones, a fim de fomentar o crescimento da Receita Inovativa.



No 1T17, a receita de Longa Distância caiu 24,6% A/A, conforme o processo do comoditização acelera. A linha de serviços de Longa Distância é a mais afetada dentre as de receita tradicional, em virtude da exposição à migração voz-dados.

A Receita de Interconexão caiu 23,6% A/A no 1T17. Mesmo com o tráfego recebido crescendo pelo quinto trimestre consecutivo, a redução da Tarifa de Terminação Móvel (VU-M) ainda conduz a dinâmica dessa linha junto com a queda no uso de SMS. A relevância da interconexão reduzirá ainda mais durante 2017, conforme a redução na VU-M de c.45% for totalmente contabilizada. No primeiro trimestre, como de costume, houve um impacto parcial com a redução ocorrendo durante fevereiro.

Exposição VU-M sobre a Receita
(% sobre a Receita Líq. de Serviços)



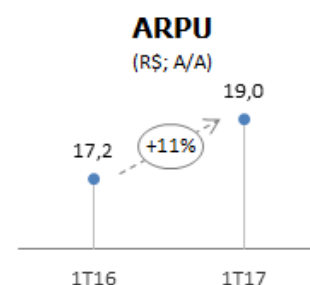
Como esperado, a incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviço renovou seu nível mais baixo em 5,1%, em virtude do corte da VU-M em andamento. Excluindo os efeitos da redução da VU-M, **a Receita de Serviço Móvel cresceria 7,0% para R\$3.677 milhões, ao invés da queda de 3,7%.**

Outras Receitas Móveis cresceram 67,2% A/A no 1T17. Esta foi uma tendência contínua durante o ano passado e é impulsionada principalmente por um aumento nas receitas de compartilhamento de rede.

O ARPU terminou o 1T17 em R\$19, expandindo 10,9% A/A, o quinto trimestre consecutivo com sólido crescimento. O ARPU de SVA teve o seu melhor resultado histórico, um crescimento sólido de 33,5% A/A, confirmando os SVA como responsáveis pela melhora da

receita. Este resultado confirma os esforços empreendidos pela Companhia, a fim de melhorar a penetração de seu novo portfólio, que é o responsável por trazer clientes de alto valor em todos os segmentos, principalmente para os planos pós-pago e controle.

A Receita Líquida de Serviços Fixos recuou 1,2% A/A, com a base comparativa ficando mais desafiadora após dois anos de crescimento sólido.



A Receita Líquida de Produto recuou 12% A/A no primeiro trimestre, desacelerando o ritmo de redução, e novamente com uma margem melhor (receitas de produto - CMV), devido à mudança na estratégia de aparelhos, que foca mais no valor do que no volume. O preço médio dos aparelhos vendidos aumentou 21% no 1T17, conforme a empresa foi consolidando a sua estratégia. Apesar dos desafios do cenário macroeconômico e da volatilidade cambial, a penetração de smartphones seguiu avançando e alcançou 74% da base total em fevereiro de 2017 (vs. 69% em março de 2016). A esperada recuperação da economia brasileira pode gerar um efeito positivo para o segmento de aparelhos em 2017.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	% T/T
R\$ milhões					
Custos Normalizados¹ da Operação	(2.688)	(2.692)	-0,1%	(2.483)	8,3%
Pessoal	(223)	(272)	-18,0%	(232)	-4,1%
Comercialização	(902)	(895)	0,8%	(962)	-6,3%
Rede e Interconexão	(1.050)	(986)	6,6%	(854)	23,0%
Gerais e Administrativos	(138)	(137)	0,5%	(121)	13,6%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(202)	(254)	-20,5%	(218)	-7,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(65)	(71)	-9,0%	(53)	23,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(108)	(77)	41,2%	(43)	153,8%
Custos Normalizados¹ da Operação Ex-CMV	(2.486)	(2.438)	2,0%	(2.265)	9,8%
Custos Reportados da Operação	(2.689)	(2.733)	-1,6%	(2.476)	8,6%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$7 milhões no 4T16) e custos temporários de RH e G&A (R\$41 milhões no 1T16 e R\$133 mil no 1T17)

O Opex Normalizado Total permaneceu estável (-0,1%) em relação ao 1T16 apesar de um grande esforço comercial e uma robusta expansão da rede. Excluindo-se o Custo das Mercadorias Vendidas, o Opex Normalizado avançou 2% A/A (vs. inflação 12M de 4,6%), mostrando que a empresa ainda tem capacidade para controlar os custos, confirmando assim a tendência descrita no Plano Estratégico divulgado em fevereiro de 2017.

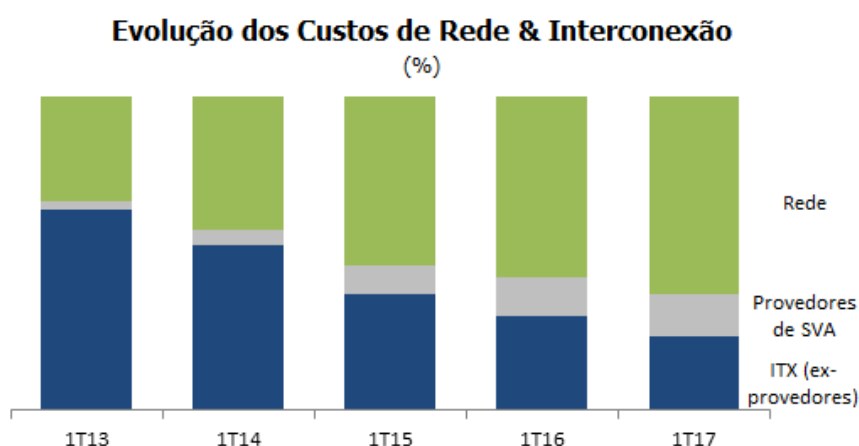
Detalhamento do desempenho de Despesas e Custos Normalizados:

No 1T17, Pessoal Normalizado caiu 18,0% A/A, resultado de uma base menor de funcionários após os programas de demissão em 2016 (nº de colaboradores: 12.297 no 1T16 vs. 9.687 no 1T17). Este primeiro trimestre ainda carrega os efeitos relacionados às demissões de 2016 e, assim, o 1T17 fica normalizado em R\$0.1 milhão para efeitos temporários.

Despesas de Comercialização subiram 0,8% vs. 1T16. Esse desempenho foi impulsionado por (i) crescentes despesas de comissão, em virtude de fortes adições de pós-pago e números de

Portabilidade Numérica Móvel (MNP), (ii) aceleração das despesas de publicidade após o lançamento de uma nova campanha do pré-pago e (iii) uma redução significativa nas taxas de Fistel, que compensaram os dois primeiros fatores.

Os custos de Rede e Interconexão (ITX) cresceram 6,6% A/A. Esse aumento é consequência de (i) expansão contínua da rede (+55% A/A em sites 4G e +18% A/A em sites 3G), (ii) aceleração dos custos de compartilhamento que s com a mesma linha em receita e (iii) crescimento dos custos com provedores de conteúdo (+18,4% A/A) após a introdução de SVAs em todos os planos. O efeito combinado superou os impactos positivos da redução da VU-M já mencionada, e o registro da Resolução 639 da Anatel. **Excluindo o custo de provedores de SVA, Rede e ITX teriam subido 4,9% A/A.**



No primeiro trimestre, as despesas Gerais e Administrativas (G&A) ficaram praticamente estáveis (+0,5%) A/A, sendo beneficiadas pelo Plano de Eficiência.

CMV recuou 20,5% em comparação com o 1T16, seguindo uma tendência similar descrita para receita de produto. Como mencionado anteriormente, as vendas de aparelhos caíram mais de 30% A/A. A margem de produtos (receita de aparelho - CMV) foi positiva em R\$5 milhões, mostrando que o uso do subsídio foi racional, apesar da expansão na aquisição do pós-pago.

As provisões de Devedores Duvidosos (PDD) caíram 9% A/A, apesar de um crescimento contínuo na base de pós-pago (+13% A/A). Esse desempenho ajudou a TIM a sustentar um nível saudável do **PDD como percentual de Receita Bruta em 1,2%** (vs. 1,2% no 1T16).

Outras Despesas Operacionais tiveram alta de 41,2% A/A para R\$108 milhões, afetadas significativamente pelas provisões para contingências relacionadas com processos civis. Mais detalhes na nota 30 das Demonstrações Financeiras.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas totais de publicidade) chegaram a R\$34,3 por adição bruta neste primeiro trimestre, um aumento de 20% A/A, devido a maiores despesas de comissionamento (mix de pós-pago mais elevado nas adições brutas) e despesas com publicidade (lançamento da nova campanha do pré-pago).

1,8
payback
(meses)

Apesar do aumento do SAC, a relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) permaneceu em um nível saudável de 1,8 meses, ligeiramente superior ao do 1T16 (1,7x).

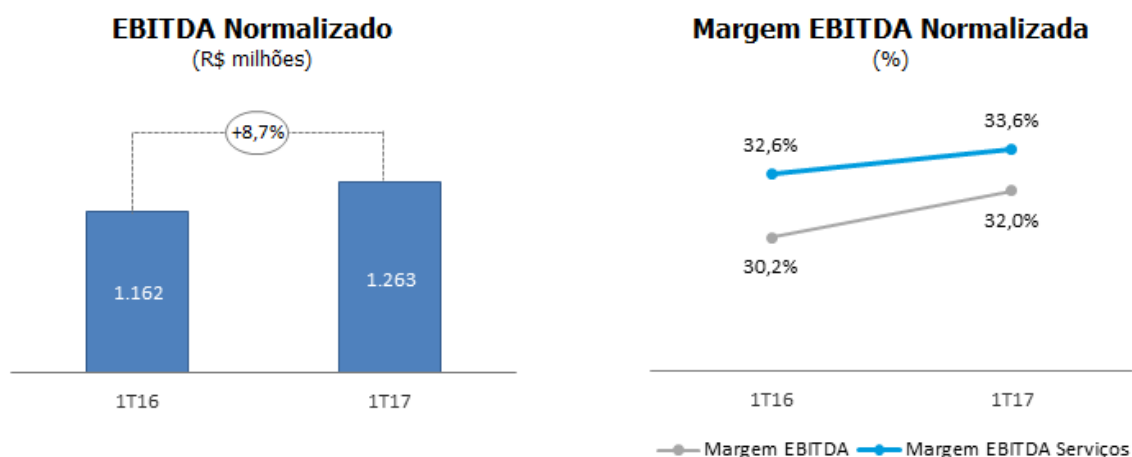
DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	% T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado¹	1.263	1.162	8,7%	1.561	-19,1%
Margem EBITDA Normalizada¹	32,0%	30,2%	1,8p.p.	39%	-6,6p.p.
<i>Total de Itens Normalizados</i>	(0)	(41)	n.a.	7	n.a.
EBITDA Reportado	1.263	1.121	12,7%	1.568	-19,5%
Margem EBITDA Reportada	32,0%	29,1%	2,9p.p.	38,8%	-6,8p.p.
Depreciação & Amortização	(989)	(910)	8,7%	(980)	0,9%
Depreciação	(540)	(500)	8,0%	(526)	2,6%
Amortização	(449)	(409)	9,6%	(454)	-1,1%
EBIT	274	211	29,5%	588	-53,4%
Margem EBIT	6,9%	5,5%	1,4p.p.	14,5%	-7,6p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(103)	(69)	50,0%	(101)	1,9%
Despesas financeiras	(280)	(292)	-4,0%	(279)	0,4%
Receitas financeiras	178	227	-21,6%	177	0,1%
Variações cambiais, líquidas	(1)	(3)	-80,1%	0	n.a.
Lucro antes dos impostos	171	143	19,7%	487	-64,9%
Imposto de renda e cont. social	(39)	(15)	162,6%	(123)	-68,6%
Lucro Líquido	132	128	3,3%	364	-63,7%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$7 milhões no 4T16) e custos temporários de RH e G&A (R\$41 milhões no 1T16 e R\$133 mil no 1T17)

EBITDA

O EBITDA normalizado (excluindo os efeitos temporários no 1T16 e no 1T17) acelerou a tendência positiva iniciada no 3T16 e cresceu 8,7% A/A neste trimestre. Tal resultado positivo pode ser explicado por (i) melhoria consistente da receita de serviços, (ii) uma melhor contribuição da primeira margem à medida que a receita de dados se sobrepõem a de voz; e (iii) os esforços contínuos no fronte de custos, ajudando a manter nosso OPEX sob controle.

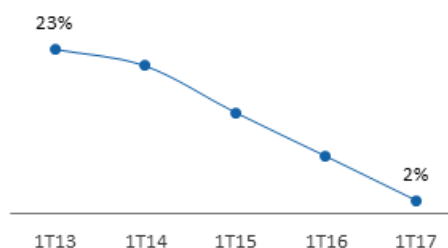


Aprofundando o impacto da receita de dados mencionado acima, a participação mais acentuada da receita de SVA – que alcançou 52% da Receita Líquida de Serviço Móvel neste trimestre – fomenta a expansão do EBITDA, ao mesmo tempo em que impulsiona a **margem EBITDA normalizada**

na comparação anual, alcançando 32,0% no 1T17. O resultado representa um sólido aumento de 1,81 p.p quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Importante destacar também que a incidência da VU-M sobre o EBITDA normalizado caiu mais uma vez, atingindo o seu nível mais baixo no 1T17 (abaixo de 2%). Excluindo-se os efeitos da redução da VU-M, o EBITDA normalizado teria aumentado 9,2% A/A no 1T17, ao invés de 8,7%.

Exposição VU-M sobre o EBITDA
(% sobre o EBITDA Normalizado)



Depreciação e Amortização / EBIT

A Depreciação & Amortização (D&A) avançou 8,7% A/A no 1T17, em virtude do aumento da depreciação dos equipamentos de rede e maior amortização de softwares, acompanhando a intensificação na implementação do Capex nos últimos anos. Entretanto, a desaceleração no crescimento da D&A e os sólidos resultados no nível de EBITDA permitiram que o EBIT normalizado crescesse 8,4% A/A no 1T17 (o primeiro resultado positivo na comparação anual desde o 4T14). O EBIT reportado teve um crescimento de 29,5% A/A.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$103 milhões no 1T17, em comparação com o resultado também negativo de R\$69 milhões no mesmo período do ano anterior. Tal desempenho é consequência da diminuição na receita financeira, explicado por uma menor posição de caixa e queda na taxa CDI (principal referência para os investimentos financeiros), junto com o menor efeito do valor dos derivativos (efeito da Marcação-a-Mercado).

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 1T17, o Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizaram R\$39 milhões. Essa linha, no entanto, apresentou um aumento relevante em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, em virtude de uma base comparativa significativamente inferior no 1T16. Os valores do último ano foram alavancados pela redução na base de tributação causada pelo aumento dos incentivos fiscais regionais (SUDAM/SUDENE). Apesar disso, o Imposto Efetivo encerrou o 1T17 em 22,6%.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido foi de R\$132 milhões, um crescimento de 3,3% em comparação com os R\$128 milhões do 1T16. O Lucro por Ação (EPS) permaneceu estável, em comparação com os R\$0,05 do 1T16.

CAPEX

O Capex totalizou R\$669 milhões no 1T17 (uma redução de 5,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior), acompanhando o ciclo de investimentos cujo pico foi em 2015 e declínio a partir de então. Vale a pena destacar que aproximadamente 80% do Capex total foi dedicado à infraestrutura no período, relacionado principalmente com as tecnologias 3G e 4G. É importante destacar também que o Capex, como um percentual de Vendas, está retornando a níveis mais saudáveis, alcançando 16,9% no 1T17, em comparação com os 18,4% do 1T16.

Não obstante, a Empresa espera acelerar o Capex durante todo o ano, para atingir sua meta de cerca de R\$4 bilhões, conforme a implementação do LTE@700MHz acelera e os projetos aprovados no primeiro trimestre sejam iniciados.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta alcançou R\$8.433 milhões no fim do 1T17, incluindo (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$1.610 milhões (relacionado com a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros leasings financeiros); e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$121 milhões (reduzindo a dívida bruta). Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, a dívida bruta teve um aumento de 7,3%.

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (85% do total), principalmente por financiamentos do BNDES, além de empréstimos de outras grandes instituições financeiras internacionais.

No 1T17, aproximadamente 15% da dívida total era em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por *hedge* em moeda local. **O custo médio da dívida sem leasing foi de 12,03%** vs. 12,49% no 1T16.

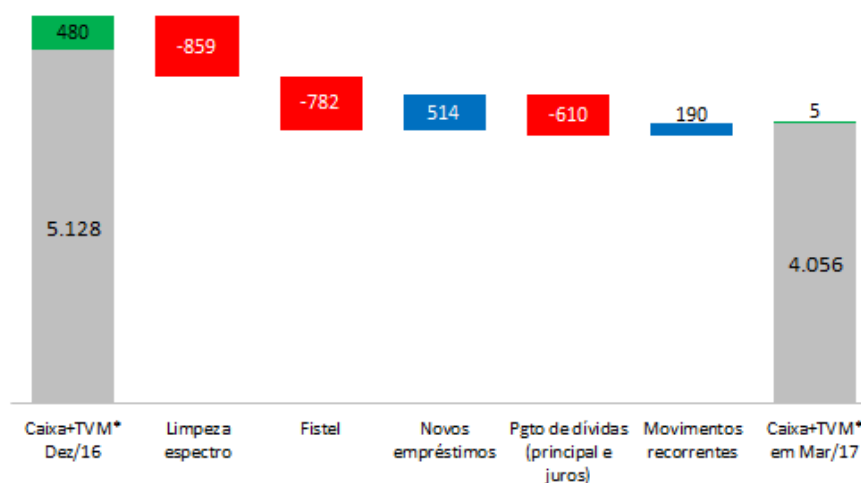
A posição de caixa totalizou R\$4.061 milhões no fim do 1T17, uma diminuição em relação aos R\$5.6084.384 milhões em dezembro de 2016. Vale a pena destacar que, nesse trimestre, a empresa antecipou o pagamento de uma dívida específica, cujo custo era mais elevado, e teve o desembolso de duas parcelas relacionadas à limpeza de frequência de 700MHz, conforme exigência do leilão da Anatel.

O rendimento financeiro médio sem fundo cambial caiu para 12,82% no 1T17, em comparação com os 14,37% do 1T16, acompanhando a redução da taxa Selic.

Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos, no trimestre, são apresentados a seguir:

Efeitos na Posição de Caixa

(R\$ milhões)



*Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial

No 1T17, a Companhia decidiu liquidar sua posição em um fundo de investimento em moeda estrangeira composto basicamente por títulos públicos de alta liquidez. O investimento destinava-se a reduzir o risco cambial em relação aos pagamentos feitos aos fornecedores, e a decisão foi baseada na diminuição relevante e recente na volatilidade cambial e no novo cenário macroeconômico.

A relação dívida líquida/EBITDA alcançou 0,82x no 1T17, em comparação com 0,67x no 1T16. Em função do pagamento da limpeza do 700MHz já comentada, a dívida líquida aumentou para R\$4.372 milhões no fim do 1T17, em comparação com os R\$3.476 milhões no mesmo período do ano anterior.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	%T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado	1.263	1.162	8,7%	1.561	-19,1%
Capex	(669)	(710)	-5,8%	(1.695)	-60,5%
EBITDA Normalizado - Capex	594	452	31,3%	(134)	n.a.
Capital de Giro	(1.089)	(1.870)	-41,8%	1.156	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	(0)	(41)	n.a.	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	(495)	(1.459)	-66,1%	1.022	n.a.
Limpeza 700MHZ	(859)	-	n.a.	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Reportado	(1.354)	(1.459)	-7,2%	1.022	n.a.

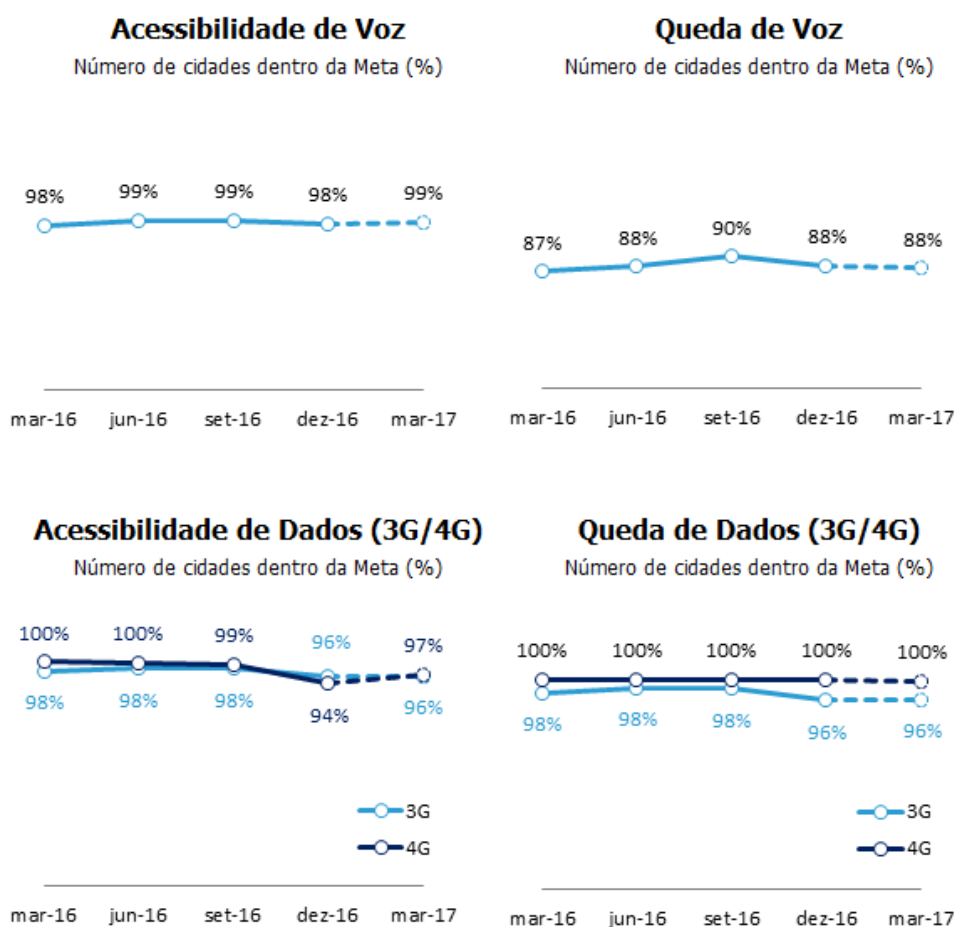
¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$7 milhões no 4T16) e custos temporários de RH e G&A (R\$41 milhões no 1Q16 e R\$133 mil no 1Q17)

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Reportado ficou negativo em R\$1.354 milhões no 1T17, uma melhora de 7,2% A/A quando comparado ao saldo negativo de R\$1.459 milhões no 1T16, apesar do desembolso de R\$859 milhões referentes aos custos de limpeza da frequência de 700MHz este trimestre. Excluindo-se este efeito, o FCO teria melhorado 66% A/A. A combinação positiva de maior EBITDA e menor CAPEX, em conjunto com uma melhor posição de

capital de giro em R\$781 milhões – em função de menor obrigação com fornecedores de aparelhos – também contribuíram para que a Companhia registrasse um melhor fluxo de caixa no trimestre.

EVOLUÇÃO DA QUALIDADE

Nos últimos 12 meses (considerando os dados oficiais divulgados pela Anatel até janeiro de 2017 e conforme as estimativas internas de fevereiro a março de 2017), a TIM manteve sólido desempenho em todas as métricas de qualidade. Entretanto, a aceleração do cronograma de implementação e ativação de sites 4G, além da intensificação do projeto de *refarming* 1,8GHz, geraram instabilidades pontuais ao longo do 1T17 que acabaram por impactar a média dos indicadores nacionais de dados. Ações de otimização foram tomadas para normalizar os elementos ao novo cenário de rede.



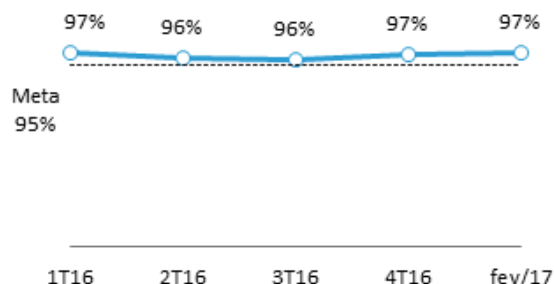
Fonte: Dados oficiais da Anatel até Jan/17

*Estimativas TIM para Fev-Mar/17

Velocidade Instantânea e Velocidade Média: Em relação às métricas da Anatel para velocidade instantânea (SMP10) e velocidade média (SMP11), vale a pena mencionar uma ligeira melhora nos dois primeiros meses de 2017 para ambos os indicadores, em comparação com o trimestre anterior. É importante ressaltar também que os dois indicadores permanecem acima da meta da Agência, garantindo uma experiência positiva do cliente ao usar dados em um cenário de forte aumento de tráfego de dados (+62% A/A em mar/17). Tais resultados também indicam uma forte resiliência por parte de nossa rede.

Banda Larga Móvel: Vel. Instantânea

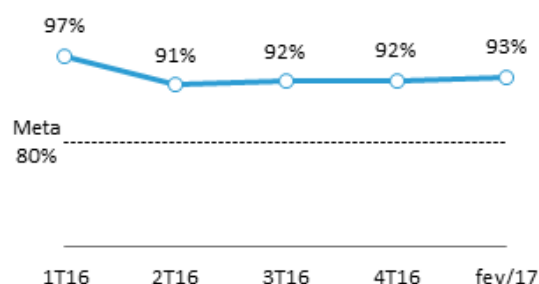
Baseado no SMP10 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes



SMP10: Mede a velocidade de conexão acima da meta da Anatel a qualquer momento. Requer que pelo menos 95% das medições estejam acima da meta. Últimos dados disponíveis

Banda Larga Móvel: Velocidade Média

Baseado no SMP11 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes

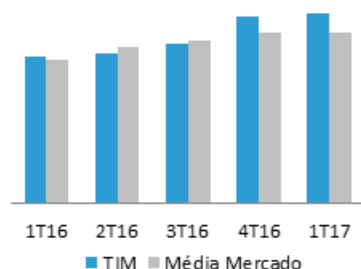


SMP11: Velocidade média de conexão registrada ao longo do mês. Requer que a média seja pelo menos 80% da velocidade contratada. Últimos dados disponíveis.

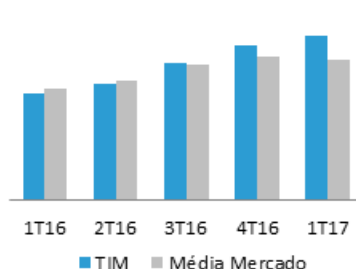
Além dos KPIs oficiais da Anatel, os números do Speed Test (medidos pela Ookla¹) ilustram também as melhorias em curso na rede da TIM, especialmente em relação ao uso de dados. O ciclo de intensidade recente de Capex, cujo pico foi em 2015 e começou a declinar em 2016, permitiu que a empresa alcançasse resultados significativos em termos de *throughput* (downlink e uplink) e latência.

Taxa de Transferência (Kbps)

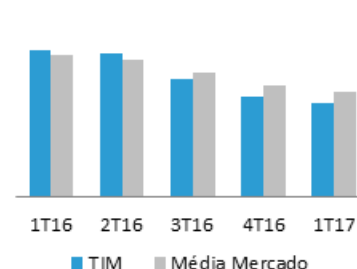
(Downlink nas redes 2G/3G)

**Taxa de Transferência (Kbps)**

(Uplink nas redes 2G/3G)

**Latência (ms)**

(Nas redes 2G/3G)



Fonte: base de dados da Ookla¹ (média nacional)

EVOLUÇÃO DA REDE

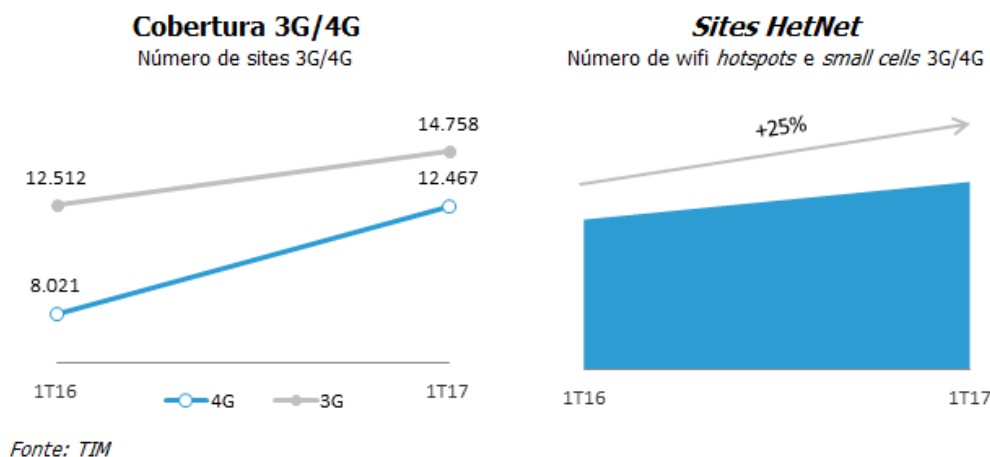
No 1T17, a TIM foi capaz de aprimorar todas as métricas de qualidade e fornecer uma experiência melhor para o cliente, em ambas as tecnologias 4G e 3G, além de manter a sua liderança nas cidades cobertas pelo 4G. A qualidade aliada à cobertura é fundamental para atrair e manter a base de clientes de valor, enquanto a empresa evolui principalmente no segmento pós-pago.

A TIM continua com seu compromisso em relação à cobertura, capacidade e qualidade, que são os principais focos da rede, com cerca de 80% do CAPEX total dedicado à infraestrutura no 1T17, a fim de suportar o tráfego total de dados que cresceu 62% comparado ao 1T16. A densificação dos *sites*, a expansão da cobertura *hetnet*, o *refarming* da

¹ Gerado a partir da análise da TIM sobre os resultados da Ookla Speedtest

frequência e o *carrier aggregation* foram os principais projetos de rede que apoiaram esse crescimento com alta qualidade.

O projeto *hetnet* alcançou 3,9 mil novos *hotspots* em todo o país, um aumento de 25% quando comparado com o 1T16.



A TIM manteve sua liderança nas cidades cobertas pela tecnologia 4G, alcançando 1.322 cidades, ou 75% da população urbana do país, um aumento de mais de 200% no número de cidades cobertas, em comparação com o 1T16. Por meio do *refarming* de espectro, a TIM foi capaz de alcançar esse relevante resultado na implementação do 4G, além de liberar um *slot* de 5MHz, para melhorar a sua capacidade 4G. O projeto utiliza a banda 1.800MHz e reorganiza a utilização de frequência de acordo com a disponibilidade de espectro somado a uma otimização da cobertura, utilizando menos Capex com melhores resultados. Adicionalmente, a Companhia continua com o desenvolvimento de sua rede LTE utilizando a frequência de 700MHz, sendo a primeira empresa a operar com esse espectro em Brasília (DF).

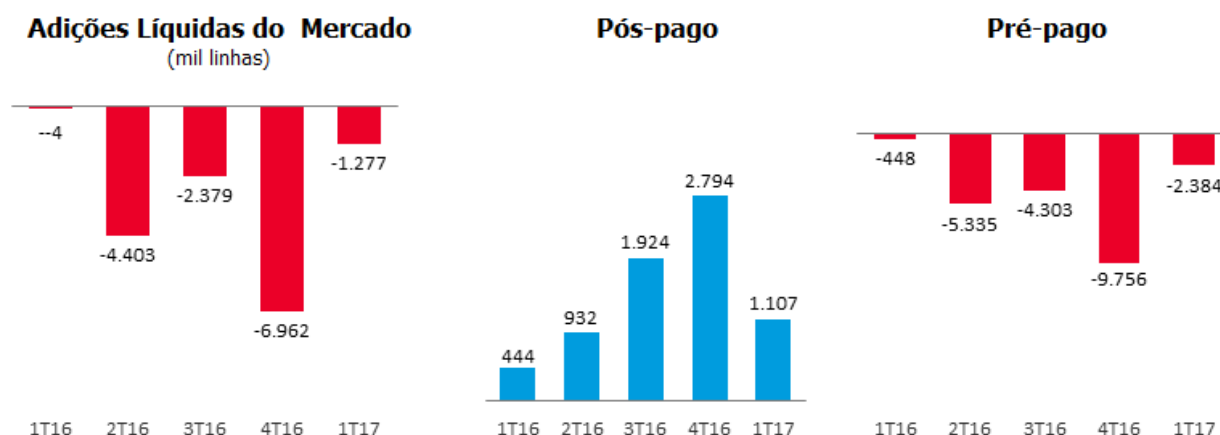
Quanto ao 3G, a TIM continuou ampliando a sua cobertura, alcançando 2.878 cidades, ou 89% da população urbana do país no fim do primeiro trimestre do ano, ou seja, um aumento de 55% em termos de cidades cobertas, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A cobertura GSM permaneceu em quase 95% da população urbana.

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

MERCADO MÓVEL

DESEMPENHO DO MERCADO

Seguindo a tendência vista em 2016, o 1T17 manteve o forte ritmo de ações de limpeza, principalmente quando comparado com o mesmo período de 2016, devido ao processo de consolidação de múltiplos chips.



Fonte Anatel

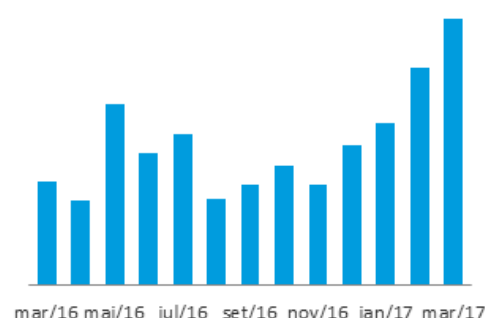
DESEMPENHO DA TIM

A base de clientes da TIM alcançou 61,9 milhões de linhas no final do 1T17, revertendo os resultados positivos do último trimestre de 2016 e apresentando adições líquidas negativas de 1,5 milhão de linhas no trimestre. Esse desempenho é resultado de ações de limpeza no segmento pré-pago, apesar dos resultados positivos observados no segmento pós-pago, que manteve um ritmo sólido de adições líquidas e que totalizou 445 mil linhas.

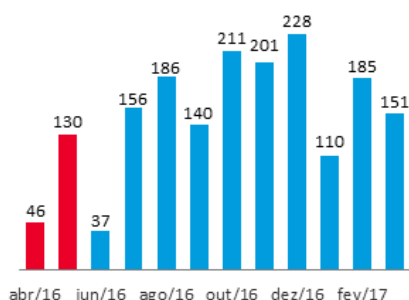
As adições brutas totais apresentaram uma redução de 7,1% A/A, totalizando 7 milhões de linhas, mas com um melhor mix de pós-pago (11% vs. 10% no 1T16). As desconexões aumentaram 31,5%, capitaneadas pelo segmento pré-pago, mesmo com as desconexões do pós-pago apresentando uma forte redução. Consequentemente, a taxa de desconexão chegou a 13,6% no 1T17, acima dos 9,5% do 1T16.

No 1T17 a TIM acelerou os seus resultados positivos de portabilidade numérica móvel (PNM) no pós-pago, em comparação com meses anteriores. Essa melhora no desempenho é observada em todos os segmentos do pós-pago e em relação a todos os concorrentes. Desde a introdução do novo portfólio em novembro de 2015, **a empresa tem apresentado números positivos de PNM no segmento do pós-pago**, revertendo, assim, anos de desempenho negativo.

Portabilidade de Números Móveis
(quantidade de linhas pós-pagas)



Pós-pago: Adições Líquidas em 12 Meses
(mil linhas)



Fonte: Anatel

A base de cliente pós-pago alcançou 15,3 milhões de usuários no final do 1T17, aumento de 13,1% A/A. As adições líquidas mantiveram um ritmo forte no trimestre somando 445 mil linhas, comparado ao desempenho negativo de -33 mil clientes no 1T16. Esses resultados confirmam que a gestão da base de clientes através das migrações de Pré para Pós e a redução das desconexões, ao mesmo tempo em que se concentra em trazer clientes pela PNM, são as principais alavancas para se retomar a participação no segmento.

No segmento do pré-pago, a TIM apresentou um aumento no ritmo de desconexão, principalmente devido a uma forte migração dos clientes do plano pré-pago para os planos Controle, além de sua estrita política para manter a base limpa.

Detalhando a base de cliente por tecnologia:

- **O total de linhas 3G atingiu 26,8 milhões de usuários**, uma queda de 27,8% A/A, resultado da migração de clientes para aparelhos 4G.
- **A base 4G alcançou 19,7 milhões de usuários** no 1T17, um relevante incremento de 16,8% em comparação com o 4T16, e de mais de 115% quando comparado com o 1T16. Em termos absolutos, o crescimento trimestral representa 2,8 milhões de novas linhas 4G após os esforços contínuos da Companhia em mover os usuários para a tecnologia LTE, na qual a TIM tem concentrado investimentos em cobertura e qualidade.

A penetração total de smartphones atingiu >74% da base de clientes em fevereiro de 2017, um aumento relevante de 4,8 p.p. quando comparado com o 1T16, como resultado da estratégia da Companhia em equipar seus clientes, a fim de estimular a penetração dos serviços de dados, especialmente em relação à tecnologia 4G.

MERCADO DE BANDA LARGA FIXA

A TIM Live terminou o 1T17 com resultados sólidos em todas as frentes de negócio: receitas, clientes, participação no mercado e cobertura. A empresa encerrou o primeiro trimestre com mais de 322 mil clientes (+26% A/A), adicionando mais de 16 mil novos clientes durante esse período. O forte desempenho foi conduzido pela liderança em qualidade, apontada mais uma vez no ranking da Netflix de provedores.

A TIM Live melhora continuamente a qualidade de seus serviços por meio de sua cobertura que alcança mais de 2,1 milhões de endereços, encerrando o primeiro trimestre com mais de 3 mil MSANs instalados.

Evolução de Clientes TIM Live
(# usuários)



RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA & GOVERNANÇA

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - Consumo de Energia

Alinhada com os princípios de sua Política Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios, que evolui conforme a tabela abaixo.

Descrição	1T17	1T16	% A/A
Eletricidade, em MWh	83.023*	97.695	-12%
Combustível, em litros (gasolina e diesel)	316.556*	384.392	-18%

(*) Dados sujeitos a alteração após encerramento da verificação externa

A eficiência energética é conduzida através de algumas ações como o projeto swap (substituição dos equipamentos de acesso antigos por modelos mais modernos e eficientes), acordos de RAN Sharing (modelo de compartilhamento da infraestrutura de rede com outras operadoras) e o *FreeCooling* (sistema de ventilação de contêineres de equipamentos por meio da instalação de equipamentos de refrigeração em sites, que reduz o uso de energia e de gases refrigerantes nos equipamentos de ar condicionado). (Indicadores EN3 e EN6, GRI¹ G4).

Do ponto de vista da sustentabilidade, o RAN Sharing traz benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social. A redução de 90 mil MWh em 2016 correspondeu a uma economia de custo de aproximadamente R\$ 140 milhões (Opex), além de ter sido evitado a emissão de cerca de 7 mil tCO₂, caso a energia tivesse sido consumida em novas torres não compartilhadas. Ainda no aspecto ambiental, a iniciativa diminui a demanda por equipamentos e de combustíveis para manutenção das torres, além de permitir a realocação do investimento para outros projetos, auxiliando no desenvolvimento das telecomunicações no País.

Ciente do potencial que o Brasil oferece em fontes renováveis de energia, ao longo de 2016, a TIM instalou 33 painéis fotovoltaicos em ERBs (Estações Radio Base) nas regiões Norte e Centro-Oeste, responsáveis por uma economia de 114 mil kWh e R\$72 mil em 2016. Os painéis oferecem melhor estabilidade na rede, compensando quedas de energia por parte da concessionária - utilizando a energia gerada pelo painel solar durante o período de insolação. Em 2017, a Companhia tem o objetivo de instalar 7 novos painéis e monitorar o desempenho dos instalados em 2016, de forma a entender que ações podem ser implementadas para otimizar a eficiência gerada por esta iniciativa. Além de melhor estabilidade, os painéis solares representam investimento da companhia em energia renovável, contribuindo para a economia de baixo carbono e o desenvolvimento sustentável.

A crescente busca de espaço para implantação de antenas e equipamentos de telecomunicações associado ao acelerado crescimento populacional proporcionaram um cenário de concorrência que

¹ GRI: Global Reporting Initiative, padrão de relato internacional através de indicadores de desempenho, sobre o qual a TIM se baseia para seu Relatório de Sustentabilidade.

desencadeou em aglomerações de antenas em topo de prédios, fachadas e estruturas metálicas. Neste contexto, surgiu o Biosite, estrutura com significativa redução no impacto visual e que contribui para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana. Sua multifuncionalidade pode agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e segurança através de câmeras de vigilância. Ao final do 1T17, o projeto alcançou um total de 368 Biosites ativos, um aumento de 238% quando comparado com o primeiro trimestre de 2016.

GOVERNANÇA

Buscando melhorar a transparência e aumentar a divulgação de temas sobre governança, a TIM apresenta as atividades realizadas pelo seu Conselho de Administração e seus Comitês. Veja abaixo os destaques para o 1T17:

Atividades do Conselho de Administração

- Membros: 10 membros (3 independentes);
- Reuniões: 4 reuniões com comparecimento médio de 80%;
- Atividades mais relevantes:
 - Conhecimento do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário;
 - Conhecimento sobre a divulgação do Plano Industrial 2017-2019;
 - Conhecimento da proposta de atualização para emendas à Lei Geral das Telecomunicações;
 - Deliberação sobre a proposta de utilização dos créditos de imposto de renda diferido e contribuição social sobre lucros (IN CVM 371);
 - Indicação dos Administradores da Intelig;
 - Deliberação sobre a definição do Apetite ao Risco da Companhia;
 - Deliberação sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia;
 - Análise das Demonstrações Financeiras de 2016 e deliberação sobre a apresentação à Assembleia Geral Ordinária;
 - Análise da proposta de destinação do resultado e distribuição de dividendos de 2016 e deliberação sobre a apresentação à Assembleia Geral Ordinária;
 - Análise da proposta de remuneração da Administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, e deliberação sobre a apresentação à Assembleia Geral Ordinária;
 - Análise da proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte e deliberação sobre a apresentação à Assembleia Geral Extraordinária.

Atividades do Conselho Fiscal

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 1 reunião com comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório da Auditoria Independente, BDO RCS Auditores Independentes S.S. para o exercício encerrado em 31 de dezembro 2016;
 - Análise do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016;
 - Análise da proposta de destinação do resultado e distribuição de dividendos de 2016;
 - Análise da proposta para utilização dos créditos de imposto de renda diferido (IN CVM 371).

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 5 reuniões com comparecimento médio de 93%;
- Atividades mais relevantes:
 - Apresentação do Relatório das Atividades de Auditoria Interna realizadas em 2016;
 - Apresentação do Plano de *Compliance* para 2017;
 - Avaliar sobre a definição do Apetite ao Risco da Companhia;
 - Análise e avaliação de queixas recebidas pelo Canal de Denúncias;
 - Análise do plano de trabalho para o formulário 20-F e o Formulário de Referência;
 - Análise da proposta para utilização dos créditos de imposto de renda diferido (IN CVM 371);
 - Análise dos Relatórios Financeiros Mensais da Companhia;
 - Análise do Relatório da Auditoria Independente, BDO RCS Auditores Independentes S.S., para o exercício encerrado em 31 de dezembro 2016;
 - Análise do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016;
 - Análise da proposta de alocação do resultado e distribuição de dividendos de 2016;
 - Análise da proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte;
 - Parecer sobre contratos entre as Partes Relacionadas.

Atividades do Comitê de Remuneração

- Membros: 3 membros;
- Reuniões: 2 reuniões com comparecimento médio de 83%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise da Proposta de Remuneração da Administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;

Atividades do Comitê de Controles e Riscos

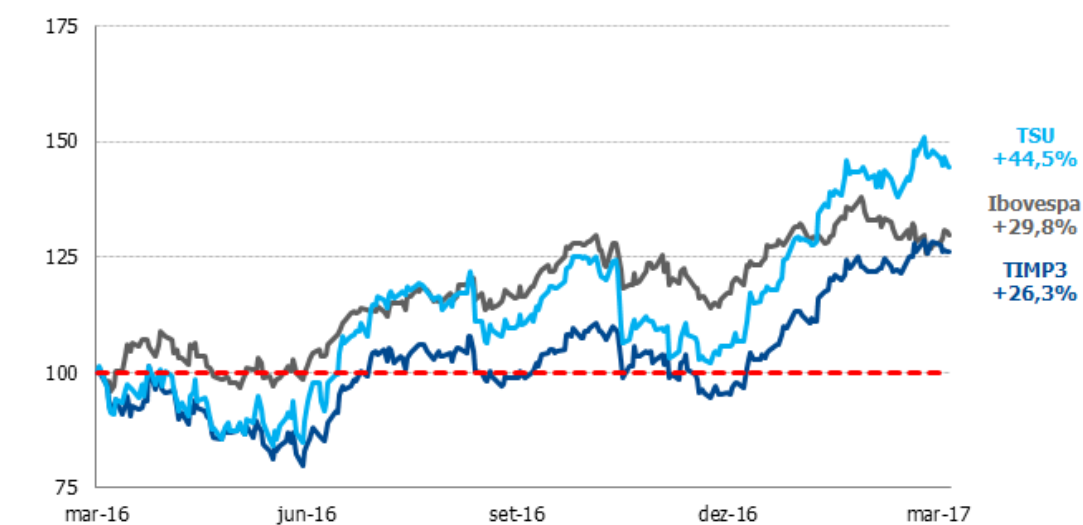
- Membros: 5 membros (2 independentes);
- Reuniões: 3 reuniões com comparecimento médio de 80%;
- Atividades mais relevantes:
 - Supervisão e avaliação do trabalho da Auditoria Interna;
 - Supervisão e avaliação dos trabalhos de *Compliance*;
 - Análise do Plano de *Compliance* para 2017;
 - Avaliação sobre a definição do Apetite de Risco da Companhia.

DESEMPENHO NA BOLSA

As ações TIMP3 encerraram o 1T17 a R\$10,10, um aumento de 26,3% comparado com 1T16. No mesmo período, o Ibovespa (principal índice brasileiro da B3 - antiga BM&FBovespa) valorizou 29,8%. As ADRs da Companhia encerraram o 1T17 a US\$15,98, um aumento de 44,5% em comparação com o 1T16.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 31 de março de 2016; $\Delta\%$ Mar-16 x Mar-17)



Fonte: Bloomberg

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das S/A. Todas as comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2016 (1T16) e ao quarto trimestre de 2016 (4T16), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Essas declarações não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Demonstrações de Fluxo de Caixa

Anexo 2: Indicadores Operacionais

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	%T/T
R\$ milhões					
Posição Financeira Líquida inicial	2.721	1.733	57,0%	3.455	-21,2%
EBITDA Normalizado ¹	1.263	1.162	8,7%	1.561	-19,1%
Capex	(669)	(710)	-5,8%	(1.695)	-60,5%
EBITDA Normalizado - Capex	594	452	31,3%	(134)	n.a.
Δ Capital de Giro	(1.089)	(1.870)	-41,8%	1.156	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	(0)	(41)	n.a.	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	(495)	(1.459)	-66,1%	1.022	n.a.
Limpeza 700MHZ	(859)	-	n.a.	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Reportado	(1.354)	(1.459)	-7,2%	1.022	n.a.
Investimentos financeiros	-	-	n.a.	-	n.a.
Alienação de ativos	-	3	n.a.	25	n.a.
Impacto líquido financeiro de juros	(178)	(132)	34,8%	(166)	7,2%
Imposto pago	(72)	(86)	-16,3%	(75)	-4,0%
Outros impactos	(47)	(69)	-32,2%	(72)	-35,0%
Fluxo de Caixa líquido antes de dividendos e variação no capital próprio	(1.651)	(1.743)	-5,3%	734	n.a.
Dividendos	-	-	n.a.	-	n.a.
Variação no capital próprio	-	-	n.a.	-	n.a.
Fluxo de Caixa Líquido	(1.651)	(1.743)	-5,3%	734	n.a.
Posição Financeira Líquida final	4.372	3.476	25,8%	2.721	60,7%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$7 milhões no 4T16) e custos temporários de RH e G&A (R\$41 milhões no 1T16 e R\$133 mil no 1T17)

Anexo 2
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	1T17	1T16	% A/A	4T16	%T/T
Base Móvel Brasil ('000)	242.790	257.811	-5,8%	244.067	-0,5%
Penetração Total Estimada	117,2%	125,4%	-8,2p.p.	118,0%	-0,8p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.460	3.460	0,0%	3.460	0,0%
Market share	25,5%	26,1%	-0,6p.p.	26,0%	-0,5p.p.
Total de Linhas - TIM ('000)	61.868	67.269	-8,0%	63.418	-2,4%
Pré-pago	46.541	53.721	-13,4%	48.537	-4,1%
Pós-pago	15.326	13.548	13,1%	14.881	3,0%
Adições Brutas ('000)	7.017	7.552	-7,1%	8.966	-21,7%
Adições Líquidas ('000)	(1.550)	1.035	n.a.	171	n.a.
Churn (%)	-13,6%	-9,5%	-4,1p.p.	-13,9%	0,3p.p.
ARPU (R\$)	19,0	17,2	10,9%	19,2	-1,1%
MOU	107	119	-10,1%	113	-5,7%
SAC/Adições Brutas (R\$)	34	29	19,8%	27	25,3%
Aparelhos vendidos ('000)	248	363	-31,6%	272	-8,6%
Colaboradores	9.687	12.297	-21,2%	9.863	-1,8%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 31 de março de 2017, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2016) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. ("TIM Celular")

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig")

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC apenas na modalidade Local e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 / IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 / IAS 34, a Companhia adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos/exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Nas informações trimestrais individuais apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas informações trimestrais individuais e nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2017.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2017. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Embora o Grupo ainda não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas informações trimestrais. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas.

IFRS 15 Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Até o momento a aplicação da norma pode apresentar um efeito material na apresentação das informações trimestrais da Grupo Tim Participações S.A., dependendo do modelo de negócios adotado.

As novas disposições abordam, as seguintes questões:

- No caso de contratos com várias obrigações de desempenho (por exemplo, contrato móvel mais aparelho) com produtos subsidiados entregues antecipadamente, uma parcela maior do total da remuneração é atribuível ao componente fornecido antecipadamente (aparelho), exigindo reconhecimento prévio de receita. Isso gera o reconhecimento do que é conhecido como um ativo contratual - um valor a receber decorrente do contrato com cliente que ainda não foi reconhecido na posição patrimonial da Companhia
- Ao mesmo tempo, isso leva a uma maior receita com a venda de bens e produtos e reduz as receitas provenientes da prestação de serviços.
- Futura capitalização e alocação de despesas com comissões de vendas (Custos de aquisição de clientes) ao longo do período estimado de retenção de clientes.
- Aumento do total de ativos na primeira adoção devido à capitalização do ativo contratual e custos de aquisição de clientes.
- Diferimento, por exemplo, posterior reconhecimento de receitas em casos em que "direitos materiais" são concedidos, como oferecer descontos adicionais para compras futuras de produtos.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que o principal impacto para o Grupo poderá acontecer em novos contratos de retenção de clientes (fidelização) que (1) venham ter prestação de serviços com fornecimento de produtos subsidiados e (2) desconto concedido em aparelhos que deve ser alocado proporcionalmente à receita de produtos e de serviços.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRS 16 Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação dessa norma poderá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados das operações do Grupo dependendo do modelo de negócio aplicado.

Em particular:

- Considerando que anteriormente existia um requisito de divulgação das obrigações de pagamento de despesas referentes a operações de leasing operacional nas notas explicativas às informações trimestrais, a partir da implementação da nova regra os direitos e obrigações resultantes das transações de arrendamento devem ser reconhecidos como direitos de uso e dívida de arrendamento no Balanço Patrimonial da Companhia.
- O Grupo prevê um aumento no total de ativos no momento inicial de adoção e também um do aumento do passivo de arrendamento mercantil, bem como de aumento do ativo não circulante devido aos ativos de direito de uso a serem capitalizados.
- O acréscimo nos passivos de arrendamento conduz a um aumento correspondente em dívida líquida.
- A partir da adoção da nova regra, as despesas de depreciação e juros serão reconhecidas nas demonstrações de resultado em lugar das despesas de arrendamento operacional. Isto terá um impacto positivo no EBITDA e também um aumento correspondente do caixa líquido proveniente de atividades operacionais reportadas no fluxo de caixa.
- Para o Grupo como locador, a nova definição de arrendamento pode impactar também o número de itens a serem contabilizados como arrendamentos.

Os efeitos serão avaliados como parte de um projeto de implementação do IFRS 16 e uma estimativa confiável nesse momento dos efeitos quantitativos não é possível até que o projeto esteja concluído.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa (nota 15).

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

No trimestre findo em 31 de março de 2017, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos imobilizados e intangíveis nesse período.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 39).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Caixa e bancos	(209)	242	54.745	92.860
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	9.876	8.351	4.001.380	5.035.326
	<u>9.667</u>	<u>8.593</u>	<u>4.056.125</u>	<u>5.128.186</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 100,77% (101,10% em 31 de dezembro de 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Fundo cambial	4.795	479.953
	<u>4.795</u>	<u>479.953</u>
Parcela circulante	(4.795)	(479.953)

Durante 2015 foram adquiridas quotas de fundo cambial não exclusivo. Este fundo cambial tem liquidez diária e o objetivo é de acompanhar o comportamento do dólar dos Estados Unidos da América, além de ser composto basicamente por títulos públicos de altíssima liquidez. A aplicação tem como objetivo reduzir o risco cambial sobre o pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. A classificação como títulos e valores mobiliários ocorre em função da mudança significativa de valor no caso de uma modificação relevante da taxa de câmbio.

Em março de 2017 a Companhia realizou o resgate do Fundo Cambial quase em sua totalidade.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Serviços faturados	1.312.261	1.175.091
Serviços a faturar	650.920	653.333
Uso de rede	519.060	527.179
Venda de mercadorias	841.579	956.056
Outras contas a receber	2.143	2.062
	<u>3.325.963</u>	<u>3.313.721</u>
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(389.253)	(370.452)
	<u>2.936.710</u>	<u>2.943.269</u>
Parcela circulante	(2.913.772)	(2.919.177)
Parcela não circulante	<u>22.938</u>	<u>24.092</u>

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
	(3 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	370.452	351.381
Constituição	64.932	266.442
Baixas	(46.131)	(247.371)
Saldo final	<u>389.253</u>	<u>370.452</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
A vencer	2.152.065	2.378.345
Vencidos até 30 dias	248.995	231.024
Vencidos até 60 dias	145.886	107.584
Vencidos até 90 dias	230.144	135.164
Vencidos a mais de 90 dias	548.873	461.604
	<u>3.325.963</u>	<u>3.313.721</u>

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	159.769	132.857
Acessórios e cartões pré-pagos	19.166	18.115
TIM chips	12.596	13.114
	<u>191.531</u>	<u>164.086</u>
Perdas para ajuste ao valor de realização	(20.116)	(20.152)
	<u>171.415</u>	<u>143.934</u>

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
ICMS	1.494.505	1.465.088
Outros	36.070	35.909
	<u>1.530.575</u>	<u>1.500.997</u>
Parcela circulante	(661.859)	(633.854)
Parcela não circulante	<u>868.716</u>	<u>867.143</u>

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Imposto de renda e Contribuição social (i)	1.510	1.579	240.464	431.005
PIS / COFINS (ii)	20.185	20.185	71.518	52.879
Outros	693	587	37.908	51.820
	22.388	22.351	349.890	535.704
Parcela circulante	(22.388)	(22.351)	(148.115)	(334.806)
Parcela não circulante	-	-	201.775	200.898

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem as antecipações realizadas ao longo do período/exercício.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se: (i) aos créditos oriundos de processo judicial com decisão favorável definitiva, que discutia a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98; e (ii) à créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 33.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
<i>Ativo (passivo)</i>				
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
<u>Impostos diferidos passivos</u>				
Custo atribuído – Intelig	-	-	(104.975)	(108.358)
	-	-	(104.975)	(108.358)
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Prejuízo fiscal	33.626	32.246	919.533	935.146
Base negativa de contribuição social	12.170	11.673	344.651	350.271
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	671	674	180.658	162.622
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	138.699	132.779
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	12.522	13.008
Imposto de renda diferido s/ ajustes CPC's:				
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Outros			7.763	8.200
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	17.446	16.144
Provisão para participação dos empregados	1.335	1.079	38.329	27.520
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(344.030)	(328.152)
Operações com derivativos	-	-	(41.007)	(46.053)
Juros capitalizados 4G	-	-	(198.936)	(173.408)
Outros	-	-	36.595	31.471
	101.371	99.241	1.250.069	1.267.394
Imposto de renda e Contribuição social diferidos ainda não reconhecidos (Intelig e TIM Participações)	(101.371)	(99.241)	(1.227.414)	(1.225.704)
	-	-	22.655	41.690

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2017	99.260
2018	127.533
Prejuízos fiscais e base negativa	226.793
Diferenças temporárias	(204.138)
Total créditos a recuperar	22.655

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2016.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$21.618 durante o período findo em 31 de março de 2017 (R\$25.759 em 31 de março de 2016).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foi reconhecido créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$101.371 em 31 de março de 2017 (R\$99.241 em 31 de dezembro de 2016).

No caso da controlada Intelig, considerando que a mesma não apresentou histórico de lucro tributável, tampouco expectativa de lucro tributável futuro suficiente, também não foi reconhecido créditos tributários diferidos no montante total de R\$1.126.043 em 31 de março de 2017 (R\$1.126.463 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$991.595 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$134.448 referem-se a diferenças temporárias.

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Fistel (*)	590.333	-
Propagandas não veiculadas (**)	86.406	85.905
Aluguéis e seguros	55.455	58.366
Swap de rede (***)	26.747	28.932
Outros	9.169	11.563
	768.110	184.766
Parcela circulante	(715.553)	(130.392)
Parcela não circulante	52.557	54.374

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) A taxa Fistel, paga em março de 2017, refere-se ao exercício de 2017 e está sendo amortizada mensalmente ao resultado do período a proporção de 1/12 avos.

(**) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(***) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Cível	15.544	15.111	491.951	471.922
Trabalhista	77.337	73.007	476.099	468.009
Tributário	1.619	1.585	297.257	291.745
Regulatório	-	-	111	111
Outros (*)	85	154	69.086	62.338
Parcela não circulante	<u>94.585</u>	<u>89.857</u>	<u>1.334.504</u>	<u>1.294.125</u>

(*) Referem-se às aplicações financeiras vinculadas a determinados processos judiciais.

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo para discussão é de R\$60.911 (R\$59.546 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributário

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 88.664 (R\$87.093 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$68.968 (R\$67.697 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$33.954 (R\$33.489 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.852 (R\$13.542 em 31 de dezembro de 2016).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$10.195 (R\$10.036 em 31 de dezembro de 2016).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$6.687 (R\$6.453 em 31 de dezembro de 2016).
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.806 (R\$5.745 em 31 de dezembro de 2016).
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$4.272 (R\$4.222 em 31 de dezembro de 2016).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) Depósito realizado pela Intelig – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$50.131 (R\$48.873 em 31 de dezembro de 2016).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

	03/2017		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	16.032.238	1.100.216	
Resultados não realizados	-	(148)	
Patrimônio líquido ajustado	16.032.238	1.100.068	
Lucro líquido (prejuízo) do período	138.222	(35)	
Resultados não realizados	-	201	
Lucro líquido ajustado do período	138.222	166	138.388
Resultado de equivalência patrimonial	138.222	166	138.388
Valor do investimento	16.032.238	1.100.068	17.132.306

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2016		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.892.119	1.099.417	
Resultados não realizados	-	(350)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	
Lucro líquido do exercício	691.237	76.198	
Resultados não realizados	-	807	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Valor do investimento	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	<u>16.991.186</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>
Resultado de equivalência patrimonial	691.237	77.005	768.242
Dividendos propostos	(134.606)	-	(134.606)
Opções de compra de ações	3.904	219	4.123
Hedge de fluxos de caixa	(1.231)	(959)	(2.190)
Complemento de aposentadoria	(204)	-	(204)
Dividendos complementares pagos	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>	<u>(20.000)</u>
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2016	15.892.119	1.099.067	16.991.186
Resultado de equivalência patrimonial	138.222	166	138.388
Opções de compra de ações	666	(124)	542
Hedge de fluxos de caixa	<u>1.231</u>	<u>959</u>	<u>2.190</u>
Saldo do investimento em 31 de março de 2017	<u>16.032.238</u>	<u>1.100.068</u>	<u>17.132.306</u>

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em Dez/16	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/17
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	17.232.254	-	-	398.102	17.630.356
Cabos de fibra ótica	600.504	-	-	12.509	613.013
Aparelhos em comodato	2.071.334	-	(6.663)	30.569	2.095.240
Infraestrutura	5.269.043	4.130	-	95.506	5.368.679
Bens de informática	1.550.614	-	-	20.327	1.570.941
Bens de uso geral	675.682	-	-	10.200	685.882
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	206.186	1.175	(890.839)	1.136.128
Total Imobilizado Bruto	29.259.831	210.316	(5.488)	(323.626)	29.141.033
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(11.969.208)	(360.106)	-	-	(12.329.314)
Cabos de fibra ótica	(242.709)	(11.216)	-	-	(253.925)
Aparelhos em comodato	(1.905.228)	(33.898)	2.562	-	(1.936.564)
Infraestrutura	(2.224.932)	(105.302)	-	330	(2.329.904)
Bens de informática	(1.372.663)	(19.557)	-	-	(1.392.220)
Bens de uso geral	(460.561)	(10.173)	-	(330)	(471.064)
Total Depreciação Acumulada	(18.175.301)	(540.252)	2.562	-	(18.712.991)
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.263.046	(360.106)	-	398.102	5.301.042
Cabos de fibra ótica	357.795	(11.216)	-	12.509	359.088
Aparelhos em comodato	166.106	(33.898)	(4.101)	30.569	158.676
Infraestrutura	3.044.111	(101.172)	-	95.836	3.038.775
Bens de informática	177.951	(19.557)	-	20.327	178.721
Bens de uso geral	215.121	(10.173)	-	9.870	214.818
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	206.186	1.175	(890.839)	1.136.128
Total Imobilizado líquido	11.084.530	(329.936)	(2.926)	(323.626)	10.428.042

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

O montante de R\$323.626 na coluna de transferências foi reclassificado da rubrica "obras em andamento" do ativo imobilizado para a rubrica "ativos intangíveis em desenvolvimento" no ativo intangível para melhor apresentação em decorrência da natureza dos ativos.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	5 a 10

Em 2016, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) Custos com comissões diferidas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em Dez/16	Adições	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em Mar/17
<u>Custo do Intangível Bruto</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	14.612.475	-	479.318	-	-	15.091.793
Autorizações	5.399.023	10.963	(663)	-	-	5.409.323
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	203.892	48.064	-	-	-	251.956
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	198.198	-	-	-	-	198.198
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.794.582	400.368	(155.029)	-	78.976	4.118.897
<u>Total Intangível Bruto</u>	26.028.791	459.395	323.626	-	78.976	26.890.788
<u>Amortização acumulada</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(10.880.739)	(341.706)	-	-	-	(11.222.445)
Autorizações	(4.235.831)	(64.407)	-	-	-	(4.300.238)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(101.911)	(33.158)	-	-	-	(135.069)
Lista de clientes	(86.800)	(4.200)	-	-	-	(91.000)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(32.621)	(2.478)	-	-	-	(35.099)
Outros ativos	(58.314)	(2.752)	-	-	-	(61.066)
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(15.396.216)	(448.701)	-	-	-	(15.844.917)
<u>Intangível Líquido</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	3.731.736	(341.706)	479.318	-	-	3.869.348
Autorizações	1.163.192	(53.444)	(663)	-	-	1.109.085
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (h)	101.981	14.906	-	-	-	116.887
Lista de clientes (e)	8.400	(4.200)	-	-	-	4.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	165.581	(2.478)	-	-	-	163.103
Outros ativos	139.884	(2.752)	-	-	-	137.132
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.794.582	400.368	(155.029)	-	78.976	4.118.897
<u>Total Intangível Líquido</u>	10.632.575	10.694	323.626	-	78.976	11.045.871

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Ágio aquisição Intelig – O ágio decorrente da aquisição da Intelig em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia revisou a estrutura de teste realizada até 2015, com uma mudança na unidade geradora de caixa. Até o ano de 2015, o teste foi realizado considerando: (i) os negócios de banda larga residencial + negócio móvel como unidade geradora de caixa para teste do ágio registrado na TIM Celular pela aquisição da TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP; e (ii) os negócios da Intelig como a unidade geradora de caixa para o teste do ágio registrado na TIM Participações para a aquisição da Intelig.

A Companhia reavaliou a unidade geradora de caixa para os ágios registrados e considerou as seguintes questões para alterar a UGC:

- (i) No momento da aquisição destas empresas, a principal razão para adquiri-las era suportar e aumentar a competitividade do negócio móvel e entrar no negócio de banda larga residencial, corporativa e acesso ao mercado de wholesale, seja direto, seja via swap com outras operadoras de mercado, no qual a TIM ainda não estava inserida. Nos anos anteriores, a Companhia entendia que a entrada de caixa gerada pelo negócio da Fiber e Intelig podia ser considerada independente dos outros negócios, assim o teste de impairment do ágio considerou apenas o fluxo de caixa diretamente relacionado a essas UGC's. Entendemos que esse approach foi extremamente prudente ao não considerar o aumento da competitividade e sinergia com o negócio móvel;
- (ii) Atualmente, esse approach não considera a crescente importância da rede na prestação de serviços móveis pela TIM. Nos últimos anos, vem ocorrendo uma migração do uso (e faturamento) de serviços de voz para dados no mercado internacional e, em particular, no Brasil. O uso crescente de dados transformou-se em um grande desafio em termos de infraestrutura, visto que os sites móveis passaram a demandar uma capacidade elevada no atendimento eficaz aos serviços de dados. A principal solução adotada pela TIM foi adotar o FTTS (Fiber to the site) approach, chegando aos sites com a rede de fibra ótica, e instalar *small cells* conectados à rede de fibra ótica, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, de modo a descongestionar os sites móveis, aumentando a capacidade de transmissão e melhora da qualidade dos serviços. Em consequência, houve um aumento significativo do uso do *backbone* da TIM Fiber e Intelig no atendimento aos serviços móveis. Este uso da rede de forma compartilhada entre móvel e fixo torna impossível manter separadas as saídas de caixa CAPEX e OPEX entre estes dois segmentos;
- (iii) O comportamento dos clientes de serviços de telefonia está evoluindo para um approach centrado em dados, onde os clientes estão sempre "conectados", seja utilizando a rede da operadora, redes wi-fi públicas e particulares, o que é permitido por *handsets* cada vez mais evoluídos. Deste modo, as empresas de telefonia estão oferecendo pacotes de serviços e pacotes de dados para obter as receitas do uso constantes de dados. A implantação de ofertas em pacotes torna impossível desagregar as entradas de caixa entre os segmentos móvel e fixo.
- (iv) De um ponto de vista organizacional, a TIM Fiber está totalmente integrada ao negócio móvel.

Consequentemente, a Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de impairment dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação será no nível da TIM Participações. Esse novo approach está em linha com o direcionamento do mercado no sentido de integração dos segmentos móvel e fixo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A alteração da UGC decorrente da mudança estratégica consolidada em 2016, portanto, a partir de 2016 a unidade geradora de caixa identificada para teste de impairment do ágio no montante de R\$1.527.219 foi a TIM Participações. O teste de impairment destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, bem como considerou, também, a metodologia aplicada em anos anteriores. As principais premissas usadas nesta metodologia estão listadas abaixo:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos;
- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior penetração nos planos pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais (4,50% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um negócio sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,50% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 11,03% a.a.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2016 considerando o modelo de anos anteriores e também o novo modelo não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

Em 31 de março de 2017 a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e vêm sendo amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto no período findo em 31 de março de 2017 foi de R\$2.207 (R\$2.087 em 31 de março de 2016) de juros e R\$1.237 (R\$1.483 em 31 de março de 2016) de correção monetária sobre o saldo.

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No período findo em 31 de março de 2017, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$1.687 (R\$4.157 em 31 de março de 2016) e a indexação, de R\$4.746 (R\$17.664 em 31 de março de 2016).

Em 9 de abril de 2015 e 26 de janeiro de 2017, foram efetuados pagamentos junto a EAD nos montantes de R\$370.379 e R\$858.991, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 12,03% a.a dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 31 de março de 2017 foi de R\$75.082 (R\$62.565 em 31 de março de 2016).

(h) Custos com comissões a representantes comerciais diferidas

Em 2015 foi lançada uma nova oferta para clientes corporativos onde os contratos preveem um período contratual mínimo de 24 meses, com cláusula de penalidade em caso de cancelamento antecipado. Essa modalidade de contratação permite que os valores despendidos com comissões à representantes comerciais para aquisição desses clientes sejam capitalizados como ativo intangível de vida útil definida. Os custos capitalizados desses contratos serão amortizados de acordo com a vigência do contrato, líquido de ajuste por *impairment*.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro (nota 1.b), onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Ativo

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
LT Amazonas	205.961	204.762
	205.961	204.762
Parcela circulante	(3.034)	(2.818)
Parcela não circulante	202.927	201.944

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$388.432.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2018	25.597	15.852
Abril de 2018 a março de 2022	90.252	43.439
Abril de 2022 em diante	272.583	146.670
	388.432	205.961

O valor presente das parcelas a receber é de R\$205.961 (R\$204.762 em 2016) composto por R\$185.558 de principal e R\$20.403 de juros incorridos até 31 de março de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56%.a.a.

Passivo

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
LT Amazonas (i)	354.636	351.798
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.420.919	1.411.055
Outros (iii)	40.197	39.385
	1.815.752	1.802.238
Parcela circulante	(108.279)	(96.604)
Parcela não circulante	1.707.473	1.705.634

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2018	51.851	31.904
Abril de 2018 a março de 2022	171.426	74.610
Abril de 2022 em diante	517.518	248.122
	740.795	354.636

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$740.795. Seu valor presente é de R\$354.636, sendo R\$313.001 de principal e R\$41.635 de juros em 31 de março de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% a.a. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A TIM Celular celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total, foram realizadas cinco transferências nas datas de 29 de abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015, 9 de junho de 2016 e 20 de dezembro de 2016. Foram transferidas 5.819 torres (5.483 em 2015 e 336 em 2016) representando 89,8% do total.

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2018	244.914	202.114
Abril de 2018 a março de 2022	646.530	381.294
Abril de 2022 em diante	2.155.616	837.511
	<u>3.047.060</u>	<u>1.420.919</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$3.047.060. Seu valor presente é de R\$1.420.919 sendo R\$1.337.638 de principal e R\$83.281 de juros em 31 de março de 2017. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de 14,39%, 17,08%, 17,00%, 13,70% e 12,96% para os montantes desembolsados em abril, setembro, dezembro de 2015 e junho e dezembro de 2016, respectivamente.

iii) Adicionalmente, foi registrado arrendamento mercantil financeiro de novas torres recém-construídas no montante de R\$19.124 até 31 de março de 2017, como já previsto nos acordos contratuais com American Tower em 21 de novembro de 2014.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Créditos regulatórios a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura.

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.647	1.652	2.809.233	3.108.497
Interconexão (b)	-	-	181.840	181.580
Roaming (c)	-	-	3.473	3.349
Co-billing (d)	-	-	79.418	85.554
	2.647	1.652	3.073.964	3.378.980
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	494	434	79.268	67.511
Roaming (c)	-	-	18.549	14.590
	494	434	97.817	82.101
Parcela circulante	3.141	2.086	3.171.781	3.461.081

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	129.120	976.246
Dívida ANATEL atualizada (ii)	93.139	89.695
Seguro garantia sobre autorizações	8.652	8.652
Renovação de autorizações (i)	265.478	254.515
Autorizações a pagar (iii)	60.115	57.524
	556.504	1.386.632
Parcela circulante	(178.974)	(486.494)
Parcela não circulante	377.530	900.138

- (i) Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2017, a TIM Celular possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$265.478 (R\$254.515 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A controlada pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz.

Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$93 milhões em 31 de março de 2017), o qual ainda está pendente de julgamento (nota 15.g).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$1.199 milhões, a serem pagos em 04 (quatro) parcelas reajustadas pelo IGP-DI, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.g).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 15 de fevereiro de 2016, a controlada TIM Celular assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz (extratos publicados no DOU em 08 de março de 2016), alterando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD, anteriormente prevista para pagamento em 31 de janeiro de 2016. Dessa forma, a entidade recebeu da TIM Celular, em 31 de janeiro de 2017, parcela correspondente a 60% (30% + 30%, referentes a 2016 e 2017) sendo que os 10% restantes têm pagamento previsto para 31 de janeiro de 2018, reajustados pelo IGP-DI.

Em 4 de março de 2015, a ANATEL: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (parte da AR 92) da Licitação nº. 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (parte da AR 31) da referida Licitação; e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

- iii) Em 17 de dezembro de 2015, a TIM Celular foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo B (E-30 – AR41, Curitiba e Região Metropolitana; e E-68 – AR81, Recife e Região Metropolitana) da Licitação nº. 002/2015-SOR/SPR/ANATEL, cujo preço ofertado foi de R\$57,5 milhões. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 1º de junho de 2016 e os Termos de Autorização foram assinados em 26 de julho de 2016, sendo 10% do montante pago em julho de 2016, com próximo vencimento em julho de 2019 e mais 5 parcelas subsequentes, corrigidos pelo IGP-DI e 1% de juros simples ao mês.

As Autorizações detidas em caráter primário pela TIM Celular em 31 de março de 2017, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração							
Termos de Autorização	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e	Dezembro, 2029

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

						Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*	
						AR41, Curitiba e Região Metropolitana – Julho, 2031	
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	03/2017	12/2016
BNDDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	2.701.459	2.546.627
BNDDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	37.867	36.552
BNDDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	2.392.755	2.068.629
BNDDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	412.474	444.847
Banco BNP Paribas (3)	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	76.622	78.065
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Libor 6M + 0,941% a 1,32% a.a.	Ago/19 a Fev/20	602.082	622.980
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 2,00% a.a.	Set/18	-	324.860
KFW (3)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	178.130	182.046
KFW Finnvera (3)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24	118.112	121.038
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Set/18 a Dez/20	271.028	294.138
Total				6.790.529	6.719.782
Circulante				(1.388.175)	(1.145.225)
Não Circulante				5.402.354	5.574.557

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da TIM Celular
- (2) Fiança Bancária e Aval da controladora TIM Participações
- (3) Aval da controladora TIM Participações
- (4) Não possuem garantia

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2017.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

No mês de março de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente a primeira tranche do Contrato assinado em 2008 junto ao Banco Europeu de Investimento, no valor total de R\$520 milhões. No mês de junho de 2016, a Companhia também liquidou antecipadamente a segunda e a terceira tranche desse mesmo contrato, no valor total de R\$513 milhões. O vencimento original destas tranches se daria em setembro/16, dezembro/16 e junho/17, respectivamente. A liquidação antecipada teve como objetivo o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em 24 de março de 2017 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo existente junto ao Bank of America (BOFA), no valor total de R\$ 315 milhões. O vencimento original desta dívida aconteceria em setembro de 2018.

O objetivo da antecipação deste pagamento está alinhado com a nova política de gestão eficiente do caixa e do endividamento da Companhia.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até
						31 de março 2017
BNDDES (1)	URTJLP	dez/13	dez/16	2.635.600	747.657	1.887.943
BNDDES (1)	UM143	dez/13	dez/16	2.636.400	700.213	1.936.187
BNDDES (PSI) (1)	R\$	dez/13	dez/16	428.000	-	428.000
BNDDES (2)	R\$	dez/15	dez/17	60.995	60.995	-
BNDDES (2)	TJLP	dez/15	dez/18	2.940	2.940	-
Total R\$:				5.763.935	1.511.805	4.252.130
KFW Finnvera (3)	USD	dez/15	jun/18	150.000	102.000	161.568

Objetivo:

- (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016. Não haverão mais desembolsos dessa linha, sendo o último desembolso ocorrido em 24 de março de 2017.
- (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos 2016, 2017 e 2018;
- (3) Financiar compras de equipamentos importados e serviços para os anos de 2015, 2016 e 2017. O valor de USD45 milhões foi equivalente a R\$ 162 milhões na ocasião do desembolso.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDDES. O saldo correspondente em 31 de março de 2017 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$111 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 30).

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de *hedge*".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2017 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2018	1.095.097
2019	1.702.035
2020	1.191.883
2021	878.643
2022	517.090
2023	8.765
2024	8.841
	5.402.354

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outras operações contratadas com características extremamente específicas são os empréstimos obtidos junto ao BNP e junto ao KFW Finnvera. Na primeira operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, e, na segunda, o Finnvera, agência finlandesa, e ambas possuem atribuições de instituição de fomento. Dadas às características destas operações, entendemos que seus valores justo são iguais àqueles registrados no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$4 milhões.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	357.485	381.659
Impostos e taxas ANATEL	-	-	53.045	19.537
Imposto sobre Serviços – ISS	297	309	46.135	45.325
Outros	6	14	5.256	6.721
	303	323	461.921	453.242
Parcela circulante	(303)	(323)	(461.765)	(453.130)
Parcela não circulante	-	-	156	112

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015, a Companhia e suas subsidiárias efetuavam o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social. A partir de 2016 esta opção

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

mudou e as Companhias passaram a efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Imposto de renda e contribuição social	-	-	255.164	507.915
PIS / COFINS	13	14	95.112	59.811
Outros (*)	1	17	46.231	54.840
	14	31	396.507	622.566
Parcela circulante	(14)	(31)	(134.429)	(363.726)
Parcela não circulante	-	-	262.078	258.840

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Serviços a prestar pré-pagos (1)	492.165	716.650
Subvenções governamentais (2)	110.510	117.758
Swap de rede (3)	26.747	28.932
Receitas antecipadas	16.778	18.554
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	978.285	991.750
	1.624.485	1.873.644
Parcela circulante	(585.985)	(812.340)
Parcela não circulante	1.038.500	1.061.304

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de março de 2017 é de R\$202.954 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 30).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	12/2016	03/2017	12/2016
Cível (a)	-	-	157.173	141.988
Trabalhista (b)	1.973	1.982	115.396	90.789
Tributária (c)	-	-	229.141	216.423
Regulatória (d)	-	-	29.817	29.282
	<u>1.973</u>	<u>1.982</u>	<u>531.527</u>	<u>478.482</u>

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	12/2016	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	03/2017
Cível (a)	141.988	83.094	(87.612)	19.703	157.173
Trabalhista (b)	90.789	17.563	(1.038)	8.082	115.396
Tributária (c)	216.423	5.633	(183)	7.268	229.141
Regulatória (d)	29.282	16	(10)	529	29.817
	<u>478.482</u>	<u>106.306</u>	<u>(88.843)</u>	<u>35.582</u>	<u>531.527</u>

a. Processos cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 118.162 (R\$105.112 em 31 de dezembro de 2016), referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.2 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais, (v) suposta publicidade enganosa, (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 4.968 (R\$4.705 em 31 de dezembro 2016).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 9.965 (R\$8.661 em 31 de dezembro de 2016).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$20.815 (R\$20.120 em 31 de dezembro de 2016).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$ 3.263 (R\$3.390 em 31 de dezembro de 2016).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.298 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2017 (1.074 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a processos de empregados próprios seguido de perto por demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$106.527 atualizado monetariamente (R\$81.876 em 31 de dezembro de 2016). Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

desligamento de colaboradores. Em 31 de março de 2017, o provisionamento destas causas totaliza R\$24.777 atualizado monetariamente (R\$10.742 em 31 de dezembro de 2016).

c. Processos tributários

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Tributos Federais	59.508	57.393
Tributos Estaduais	74.848	64.280
Tributos Municipais	1.664	1.629
Processos Intelig (<i>Purchase price allocation</i>)	93.121	93.121
	<u>229.141</u>	<u>216.423</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelos governos federal, estadual e/ou municipal para tributos em atraso, estando substancialmente atrelados a variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM Celular suporta doze processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 33.590 (R\$ 33.172 em 31 de dezembro de 2016), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$ 12.947 (R\$ 12.683 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 6.160 (R\$ 6.077 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM Celular suporta quarenta e sete processos, dentre os quais destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 13.955 (R\$ 13.652 em 31 de dezembro de 2016), bem como valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, provisionados em julho/2016 que, atualizados, equivalem a R\$ 4.291 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2016).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos estaduais, suporta oito processos, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 14.640 (R\$ 14.414 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA Intelig

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$93.121 (R\$93.121 em 31 de dezembro de 2016).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2017, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$29.817 (R\$29.282 em 31 de dezembro de 2016).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Cível (e.1)	1.669.187	1.698.901
Trabalhista (e.2)	655.120	678.290
Tributária (e.3)	14.126.103	13.832.157
Regulatória (e.4)	72.888	69.572
	16.523.298	16.278.920

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	702.881	679.577
ANATEL (e.1.2)	207.150	202.777
Procon e Ministério Público (e.1.3)	345.846	316.007
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	204.977	203.314
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	133.515	130.894
Outros	150.572	166.332
	<u>1.744.941</u>	<u>1.698.901</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2. Trabalhistas

Há 5.960 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2017 (6.039 em 31 de março de 2016) movidas contra a Companhia e suas controladas, referentes a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$655.120 atualizado (R\$678.290 em 31 de dezembro de 2016).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$118.723 atualizado (R\$9.256 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$60.564 atualizado (R\$60.351 em 31 de dezembro de 2016).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$3.691 atualizado e provável R\$984 atualizado.

Cumprir ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.984 atualizado (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2016) e sofreu ainda autuação fiscal referente à supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.844 atualizado (R\$5.686 em 31 de dezembro de 2016).

A Intelig recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$50.340 atualizado (R\$43.496 em 31 de dezembro de 2016).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Tributos Federais (e.3.1)	3.586.090	3.560.440
Tributos Estaduais (e.3.2)	7.180.525	6.982.809
Tributos Municipais (e.3.3)	523.469	509.613
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.836.019	2.779.295
	<u>14.126.103</u>	<u>13.832.157</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$9.754.585.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.586.090 em 31 de março de 2017 (R\$ 3.560.440 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.230.878 (R\$ 2.190.975 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 187.828 (R\$ 185.001 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 59.987 (R\$ 58.914 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Tim Celular é de R\$ 233.627 (R\$ 229.061 em 31 de dezembro de 2016) e para a Intelig, o valor é de R\$ 54.070 (R\$ 52.963 em 31 de dezembro de 2016).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 379.231 (R\$ 412.741 em 31 de dezembro de 2016).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$ 7.180.525 em 31 de março de 2017 (R\$ 6.982.809 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.226.673 (R\$ 1.200.113 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 1.007.896 (R\$ 985.842 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 861.658 (R\$ 907.777 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos, bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. O valor envolvido é de R\$ 1.258.964 (R\$ 1.230.516 em 31 de dezembro de 2016).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 329.988 (R\$ 322.722 em 31 de dezembro de 2016).
- (vi) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$ 115.172 (R\$ 112.537 em 31 de dezembro de 2016).
- (vii) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 171.420 (R\$ 169.431 em 31 de dezembro de 2016).
- (viii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 240.145 (R\$ 234.006 em 31 de dezembro de 2016).
- (ix) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$ 70.625 (R\$ 69.195 em 31 de dezembro de 2016).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (x) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 44.107 (R\$ 39.665 em 31 de dezembro de 2016).
- (xi) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 107.981 (R\$ 105.418 em 31 de dezembro de 2016).
- (xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$ 22.909 (R\$ 22.499 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 523.469 em 31 de março de 2017 (R\$ 509.613 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 130.857 (R\$ 128.145 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 186.803 (R\$ 183.962 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 70.378 (R\$ 66.939 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.4. FUST, FUNTTEL e EBC

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, o FUNTTEL e EBC é de R\$ 2.836.019 em 31 de março de 2017 (R\$ 2.779.295 em 31 de dezembro de 2016). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Adicionalmente, discute-se a legalidade da exigência da cobrança da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Contribuição à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação), instituída pela Lei nº 11.652/2008.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2017, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$72.888 (R\$69.572 em 31 de dezembro de 2016).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
	(3 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	21.726	31.609
Reversão/baixas ao longo do período/exercício, líquidas de adições	(3.800)	(11.029)
Atualização monetária no período/exercício	163	1.146
Saldo final	<u>18.089</u>	<u>21.726</u>

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 31 de março de 2017 era de 11,72% a.a. (12,43 a.a. em 31 de dezembro de 2016).

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	03/2017	12/2016
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	03/2017	12/2016
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	26.152	24.678
Reserva de benefício fiscal	1.158.911	1.158.911
	1.565.623	1.564.149

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 27).

Em março de 2017, a companhia realizou a venda de 71.490 ações ordinárias aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 27). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil de 4,1628 cada.

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 equivalem a R\$1.158.911.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os dividendos foram calculados como segue:

	12/2016
Lucro líquido do exercício	750.427
(-) Constituição da reserva legal	(37.521)
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(118.250)
Lucro líquido ajustado	594.656
Dividendos a distribuir:	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	148.664
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,06

O saldo em 31 de março de 2017 de dividendos a pagar é composto pelo valor de dividendos mínimos, conforme calculado acima, além dos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$57.422 (R\$57.447 em 31 de dezembro 2016).

27. Opções de compras de ações

Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª Outorga referente ao Plano 2014-2016.

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2017									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	set/22	R\$ 8,10	3.922.204	-	-	-133.168	-	3.789.036
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	2.575.085	-	(71.490)	-257.550	-	2.246.045
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	1.064.659	-	-	-158.964	-	905.695
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	1.091.464	-	-	-238.114	-	853.350
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	502.289	-	-	-243.351	-	258.938
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			9.155.701	-	(71.490)	-1.031.147	-	8.053.064
Preço médio ponderado do exercício			R\$ 8,83						

(*) Não foram exercidas opções durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 para o “plano 2011-2013”, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho. Em relação a 2ª outorga do plano 2014-2016, durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 foram exercidas 71.490 opções ao valor de R\$ 625.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,31	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de três meses, totalizaram R\$1.147 (R\$1.684 no mesmo período de 2016).

28. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2017	03/2016
Receita de serviços – Móvel	4.989.242	5.106.853
Receita de serviços - Fixa	287.075	281.001
Receita de serviços	5.276.317	5.387.854
Venda de mercadorias	290.191	350.640
Receita operacional bruta	5.566.508	5.738.494
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(1.312.545)	(1.463.635)
Descontos concedidos	(295.127)	(412.032)
Devoluções e outros	(7.463)	(8.481)
	(1.615.135)	(1.884.148)
Total da receita líquida	3.951.373	3.854.346

29. Custos e despesas operacionais

	Consolidado							
	03/2017				03/2016			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(11.522)	(145.630)	(65.721)	(222.873)	(27.417)	(195.668)	(81.659)	(304.744)
Serviços de terceiros	(137.411)	(537.012)	(103.075)	(777.498)	(127.792)	(485.365)	(108.773)	(721.930)
Interconexão e meios de conexão	(734.105)	-	-	(734.105)	(710.306)	-	-	(710.306)
Depreciação e amortização	(747.240)	(45.093)	(132.213)	(924.546)	(681.595)	(41.670)	(100.730)	(823.995)
Impostos, taxas e contribuições	(3.488)	(220.949)	(5.876)	(230.313)	(8.574)	(277.045)	(5.374)	(290.993)
Aluguéis e seguros	(168.348)	(23.240)	(17.475)	(209.063)	(138.222)	(22.973)	(24.299)	(185.494)
Custo das mercadorias vendidas	(202.190)	-	-	(202.190)	(254.360)	-	-	(254.360)
Publicidade e propaganda	-	(110.922)	-	(110.922)	-	(103.536)	-	(103.536)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(64.932)	-	(64.932)	-	(71.356)	-	(71.356)
Outros	(7.145)	(10.007)	(11.407)	(28.559)	(757)	(6.335)	(7.008)	(14.100)
	(2.011.449)	(1.157.785)	(335.767)	(3.505.001)	(1.949.023)	(1.203.948)	(327.843)	(3.480.814)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora							
	03/2017				03/2016			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	-	-	(4.409)	(4.409)	-	-	(4.021)	(4.021)
Serviços de terceiros	-	-	(1.794)	(1.794)	-	-	(1.414)	(1.414)
Aluguéis e seguros	-	-	71	71	-	-	(75)	(75)
Outros	-	-	(154)	(154)	-	-	(390)	(390)
	-	-	(6.286)	(6.286)	-	-	(5.900)	(5.900)

A Companhia e suas controladas fazem contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de suas controladas. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de suas controladas no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e suas controladas aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017, a Companhia registrou os valores de R\$595, R\$741 e R\$625 (R\$777, R\$961 e R\$848 no mesmo período de 2016) relacionados com benefícios pós-emprego nos grupos de custos de serviços prestados e mercadorias vendidas, despesas com comercialização e despesas gerais e administrativas, respectivamente.

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	03/2016	03/2017	03/2016
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	7.248	6.388
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	9.848	8.947
Outras receitas		191	18.519	14.746
	-	191	35.615	30.081
Despesas				
FUST/FUNTEL (*)		-	(36.379)	(42.117)
Impostos, taxas e contribuições		-	(1.422)	(286)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(50)	(32)	(100.323)	(59.852)
Outras despesas	(74)	(34)	(5.608)	(4.371)
	(124)	(66)	(143.732)	(106.626)
Amortização de autorizações	-	-	(64.407)	(85.587)
	(124)	(66)	(208.139)	(192.213)
Outras receitas (despesas), líquidas	(124)	125	(172.524)	(162.132)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	03/2016	03/2017	03/2016
Juros sobre aplicações financeiras	389	597	119.971	139.413
Juros de clientes	-	-	9.990	10.484
Juros <i>swap</i>	-	-	20.345	52.105
Juros sobre leasing	-	-	6.624	6.168
Atualização monetária	370	340	17.372	14.029
Variação cambial	-	65	59.382	616.845
Outras receitas	-	-	3.276	4.395
	<u>759</u>	<u>1.002</u>	<u>236.960</u>	<u>843.439</u>

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	03/2016	03/2017	03/2016
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(47.064)	(52.550)
Juros sobre fornecedores	-	-	(69)	(9.899)
Juros sobre impostos e taxas	(9)	(2)	(9.228)	(3.921)
Juros <i>swap</i>	-	-	(43.702)	(67.015)
Juros sobre leasing	-	-	(66.072)	(58.728)
Atualização monetária	(38)	74	(80.723)	(59.095)
Descontos concedidos	-	-	(9.659)	(13.674)
Variação cambial	-	(32)	(60.074)	(620.330)
Outras despesas	(599)	(268)	(23.593)	(27.048)
	<u>(646)</u>	<u>(228)</u>	<u>(340.184)</u>	<u>(912.260)</u>

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 39).

33. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	03/2017	03/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(38.236)	(46.435)
Contribuição social do período	(14.274)	(17.354)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	29.628	37.365
	<u>(22.882)</u>	<u>(26.424)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(11.508)	9.132
Contribuição social diferida	(4.143)	2.621
	<u>(15.651)</u>	<u>11.753</u>
	<u>(38.533)</u>	<u>(14.671)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	03/2017	03/2016	03/2017	03/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	132.091	127.908	170.624	142.579
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(44.911)	(43.489)	(58.012)	(48.477)
(Adições) / exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(2.130)	(1.700)	(1.711)	637
Resultado de equivalência patrimonial	47.052	45.189	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(228)	(664)
Multas não dedutíveis	-11	-	(3.538)	(1.896)
Perdas contas a receber <i>Co billing</i>	-	-	228	(1.249)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(8.789)	(8.193)
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	2.448	6.273
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	29.628	37.365
Outros valores	-	-	1.441	1.533
	44.911	43.489	19.479	33.806
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	-	-	(38.533)	(14.671)
Alíquota efetiva	-	-	22,58%	10,29%

(*) Conforme mencionado na nota 26 b.3, de acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

34 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	03/2017	03/2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	132.091	127.908
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.165	2.420.237
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,05	0,05

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	03/2017	03/2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	132.091	127.908
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.365	2.417.640
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,05	0,05

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 200.355 ações relacionadas com a 2ª e 3ª Outorga do Plano 2011-2013 e 2ª. Outorga do Plano 2014-2016, conforme mencionado na Nota 27.

35 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	03/2017	12/2016
Telecom Italia Sparkle (1)	5.119	5.246
Lan Group (4)	1.920	2.471
TIM Brasil (6)	12.818	12.587
Outros	674	674
Total	20.531	20.978

	Passivo	
	03/2017	12/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	24.366	29.094
Telecom Italia Sparkle (1)	31.448	22.898
Italtel (3)	7.697	10.248
Lan Group (4)	11.649	7.822
TIM Brasil	4.877	4.877
Grupo Vivendi (7)	2.749	3.947
Outros	38	38
Total	82.824	78.924

	Receita	
	03/2017	03/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	236	1.034
Grupo Telecom Argentina (1)	-	8.232
Telecom Italia Sparkle (1)	1.414	1.321
Lan Group (4)	663	480
Total	2.313	11.067

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Custo/Despesa	
	03/2017	03/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	1.236	983
Telecom Italia Sparkle (1)	15.855	7.029
Grupo Telecom Argentina (1)	-	713
Lan Group (4)	12.826	15.207
Generali (5)	2.441	194
Grupo Vivendi (7)	778	994
Italtel (3)	3.400	185
Total	36.536	25.305

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

O "Grupo Telecom Argentina" é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.

Em 8 de março de 2016, a Telecom Italia concluiu a venda da totalidade de sua participação no Grupo Telecom Argentina.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.

(6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	03/2017	03/2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	4.853	4.142
Pagamentos com base em ações	835	1.072
	5.688	5.214

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A ("Telco"), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela ANATEL em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil, também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interveniente.

Em 4 de dezembro de 2013, ainda sob a estrutura da Telco, o CADE, após processo de fiscalização do cumprimento do TCD, aplicou sanção de multa à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso. Em maio de 2015, julgado o recurso, a multa, no valor de R\$500 mil, foi paga.

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da ANATEL anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da ANATEL, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deveria ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefónica, de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), que teve como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefónica na Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefónica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a ANATEL e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefônica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, e de sucessivas operações entre Vivendi, Telefónica e aquisições no mercado livre, a Vivendi, atualmente, detém 23,94% das ações com direito a voto da Telecom Italia e 0,98% do capital total da Telefónica.

Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, foi publicada no Diário oficial da União (DOU), em 28 de abril de 2015, decisão do CADE que confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

Posteriormente, a Telefónica informou, por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, "*o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos*".

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Desta forma, em 31 de março de 2017, entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites, de radiofrequência, de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, bem como acordos de co-faturamento de chamadas de longa distância, todos realizados de acordo com condições de mercado e de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	03/2017	12/2016
Ativo	312.049	343.835
Passivo	(156.026)	(97.541)
	03/2017	03/2016
Receita	169.965	192.937
Custo/Despesa	(133.165)	(133.550)

38. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap e fundo cambial*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e ii) contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais.

Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2017 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2017, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou 10% das receitas de mercadorias.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	03/2017			12/2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	198.391	(77.781)	120.610	216.922	(81.473)	135.449
Parcela circulante	80.167	(30.504)	49.663	82.454	(36.163)	46.291
Parcela não circulante	118.224	(47.277)	70.947	134.468	(45.310)	89.158

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de março de 2017 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2018	27.978	(8.609)
2019	15.677	(22.937)
2020	74.569	(8.611)
2021 em diante	-	(7.120)
	118.224	(47.277)

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

03/2017			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	4.795	-	4.795
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	198.391	198.391
Total do ativo	4.795	198.391	203.186
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	77.781	77.781
Total do passivo	-	77.781	77.781

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12/2016			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	479.953	-	479.953
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	216.922	216.922
Total do ativo	479.953	216.922	696.875
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	81.473	81.473
Total do passivo	-	81.473	81.473

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
31 de março de 2017			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.391	198.391
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.936.710	-	2.936.710
Títulos e valores mobiliários		4.795	4.795
Caixa e equivalentes de caixa	4.056.125	-	4.056.125
Arrendamento mercantil – leasing	205.961	-	205.961
Depósitos judiciais	1.334.504	-	1.334.504
Outros ativos	86.850	-	86.850
	<u>8.620.150</u>	<u>203.186</u>	<u>8.823.336</u>

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de março de 2017			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	6.790.529	6.790.529
Instrumentos financeiros derivativos	77.781	-	77.781
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.171.781	3.171.781
Arrendamento mercantil leasing		1.815.752	1.815.752
Dividendos a pagar		206.085	206.085
	<u>5.271.399</u>	<u>6.790.529</u>	<u>12.061.928</u>

	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2016			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		216.922	216.922
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.943.269		2.943.269
Títulos e valores mobiliários		479.953	479.953
Caixa e equivalentes de caixa	5.128.186		5.128.186
Arrendamento mercantil – leasing	204.762		204.762
Depósitos judiciais	1.294.125		1.294.125
Outros ativos	83.107		83.107
	<u>9.653.449</u>	<u>696.875</u>	<u>10.350.324</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		6.719.782	6.719.782
Instrumentos financeiros derivativos	81.473		81.473
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.461.081	3.461.081
Arrendamento mercantil leasing		1.802.238	1.802.238
Dividendos a pagar		206.112	206.112
	<u>81.473</u>	<u>12.189.213</u>	<u>12.270.686</u>

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de março de 2017, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas no quadro a seguir:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de março de 2017

<u>Moeda</u>	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>CONTRAPARTE</u>		<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
		<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	602.082	602.082	100%	LIBOR 6M + 1,22% a.a.	94,33% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	76.622	76.622	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	178.130	178.130	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan	118.112	118.112	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	271.028	271.028	100%	2,18% a.a.	88,05% do CDI

31 de dezembro de 2016

<u>Moeda</u>	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>CONTRAPARTE</u>		<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
		<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	622.980	622.980	100%	LIBOR 6M + 1,22% a.a.	94,33% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	78.065	78.065	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	182.046	182.046	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	324.860	324.860	100%	LIBOR 3M + 2,00% a.a.	103,60% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan	121.038	121.038	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	294.138	294.138	100%	2,18% a.a.	88,05% do CDI

Em 24 de março de 2017 a Companhia, alinhada com a nova política de gestão eficiente de caixa e endividamento, decidiu em conjunto com o pré-pagamento do empréstimo a reversão do swap contratado ambos com o Bank of America (BOFA), que tinha como objetivo proteger a Companhia dos riscos de variação cambial e de taxa de juros atrelados ao referido financiamento.

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado, no final do mês de junho de 2016, para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atraente de 81,50% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira que será desembolsado em 20 de abril de 2017 junto ao KfW/Finnvera que possui um nocional em dólares de aproximadamente 48 milhões. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida para que haja proteção integral. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

SWAP) iniciarão simultaneamente. Em 31 de março de 2017 o valor do MTM da operação registrada contabilmente é de R\$ 4.747- Ativo.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2017	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco e KFW)	1.399.470	1.399.470	1.767.160	2.139.742
A) Δ Variação Acumulada Dívida			367.690	740.272
Valor justo da ponta ativa do swap	1.399.470	1.399.470	1.767.160	2.139.742
Valor justo da ponta passiva do swap	(1.278.860)	(1.278.860)	(1.280.562)	(1.281.426)
Resultado swap	120.610	120.610	486.598	858.316
B) Δ Variação Acumulado Swap			365.988	737.706
C) Resultado final (B-A)			(1.702)	(2.566)

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	12,13%	15,16%	18,20%
USD	3,1684	3,9605	4,7526

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2017 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2017	03/2016
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(71.315)	(297.984)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

39. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 38.629.742
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

40. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2018	870.406
2019	909.575
2020	950.505
2021	993.278
2022	1.037.976
	<u>4.761.740</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

41. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	03/2017	03/2016
Juros pagos	139.270	146.739
Imposto de renda e contribuição social pagos	72.457	86.407
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	4.130	-

42. Outras informações relevantes

No dia 21 (a petição foi distribuída dia 20) de Junho de 2016, OI S.A., Telemar Norte Leste S.A, OI Móvel S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.V. e OI Brasil Holdings Coöperatief U.A. (conjuntamente "Oi"), ingressaram com pedido de recuperação judicial perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cujo processamento foi deferido pela Justiça no dia 29 de Junho de 2016. Segundo a petição inicial, o objetivo desta ação foi proteger o caixa e ativos da Oi enquanto negocia um plano de recuperação judicial com seus credores, de forma a dar continuidade às suas operações. Oi apresentou junto com o pedido uma lista de credores, que atualmente se encontra sob análise do administrador judicial nomeado pelo juiz, que ainda não publicou a lista de credores revisada, com os créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial. No dia 30 de setembro de 2016, foi publicado o edital contendo o aviso de protocolo do Plano de Recuperação Judicial no processo. O plano de recuperação ainda não foi aprovado pelos credores e disporá a respeito da forma de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação judicial, bem como outras medidas de recuperação do Grupo Oi.

O relacionamento entre TIM e OI se origina principalmente de atividades reguladas de interconexão e de compartilhamento de infraestrutura, necessárias a operação de ambas as operadoras. Desta forma, a posição ativa líquida da TIM em relação à recuperação judicial de Oi na data de 20 de junho de 2016, é a seguinte:

Interconexão	14.248
Outras relações comerciais para compartilhamento de infraestrutura	1.677
Total	15.925

A Administração da TIM com base nas informações disponíveis na data de preparação das informações trimestrais não realizou provisão adicional para os valores em aberto junto a OI, uma vez que o plano de recuperação apresentado pela OI, ainda em análise pelos credores, apresentou um cenário onde os fornecedores parceiros poderiam ser pagos em até 2 anos e também foi considerada a materialidade dos saldos envolvidos e a natureza dos serviços entre as partes.

Em dezembro de 2016, a Área Técnica da Anatel emitiu Despacho Decisório por meio do qual confirmou entendimento dos efeitos da Resolução n.º 639 de 01 de julho de 2014, determinando a aplicação de Valores de Referência para o provimento de EILD e indicando uma redução dos valores cobrados pela Oi à TIM a partir de 25 de fevereiro de 2016. A TIM notificou o Grupo Oi sobre os termos da decisão, que continuam sendo discutidos entre as partes. Cabe destacar que a Companhia, inclusive, já acordou com outras operadoras de telefonia a compensação dos referidos valores pagos a maior durante o período mencionado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

43 Eventos subsequentes

Aprovação de dividendos - A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da TIM Participações S.A., realizada em 19 de abril de 2017, aprovou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$148.664.

* * *

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **TIM Participações S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/0-6 - S - RJ

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da BDO RCS Auditores Independentes S.S., relativos ao período findo em 31 de março de 2017 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de abril de 2017.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Membro do Conselho Fiscal

JARBAS TADEU BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Informações Trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico